

CONTRATO Nº 52-0094760/15_01					
Correspondente no País					
Código/Nome: 011659/IFP-TAGUATINGA			CNPJ: 02.759.908/0046-00		Telefone:
Agente: SUELY ROSANA OLIVIA			CPF: 666.082.791-91		
CEP: 72015901	Endereço: CSB 02 LOTES 01 A 04				Nº:
Complemento: SALA 111	Bairro: TAGUATINGA SUL	Cidade: TAGUATINGA			UF:
Benefício Vinculado ao Cartão: INSS(X) Outros Órgãos Públicos() Empresas Privadas()					
Dados Titular:	CPF: 096.940.481-68		Nome: UBANILDA DE FERRAZ DE AZEVEDO		
Nacionalidade: Brasileira	Data Nascimento: 11/03/1952	Sexo: Feminino	Estado Civil: Solteiro	Identidade(RG): 850648	Data Emissão / Órgão Expeditor - UF: 13/12/2013 / SSP - DF
Nome da Mãe: FRANCISCA LUZIA DE AZEVEDO					E-mail:
CEP: 72313107	Endereço Residencial(Rua, Avenida, etc...): QR 507 CONJUNTO 7				Nº: 4
Complemento:	Bairro: SAMAMBAIA SUL SAMAM	Cidade: BRASILIA			UF: DF
Tel.(DDD e Nº): 61-33596744	Tel.Celular(DDD,Nº): 61-33596744	Portador Adicional(exceto INSS) (X)Não ()Sim - Formulário Anexo.			
DADOS DOS BENEFÍCIO/SALÁRIO DO TITULAR					
Nome da Entidade/Empresa Averbadora: INSS			Número do benefício / Matrícula / Registro: 1282045900		Margem(%): 5.00
Endereço(Rua/Av., nº, Bairro, Cidade/UF): SAUS QUADRA 4 BLOCO N.0, ASA SUL, BRASILIA/DF			Renda(R\$): 2.110,80	Data Admissão: 01/01/2000	Telefone(DDD/Nº): 61-33596744
Nome do Banco Pagador: BRB BANCO DE BRASILIA S.A.		Nº do Banco: 0070	Nº Agencia: 00043	Conta-corrente: 043121343-7	Dia do Pagamento:

ADESÃO

1. Condições Gerais: Declaro que recebi e li previamente as Condições Gerais de Emissão e Utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval para Trabalhadores de Empresas Privadas, Servidores Públicos Ativos e Inativos e/ou Aposentados e Pensionistas do INSS ("Condições Gerais"), registradas em 07/08/2013 no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo/SP sob nº 2.021.879, inexistindo dúvidas sobre suas cláusulas, direitos e obrigações.

2. Autorização para Reserva de Margem Consignável: Autorizo o Banco Daycoval S/A, neste ato, de forma irrevogável e irretroatável, a constituir reserva de margem consignável de até 5% (cinco) de minha remuneração, por tempo indeterminado, nos termos da legislação e convênio aplicáveis e do disposto no art. 6º da Lei 10.820/03 e no inciso VI do artigo 154 do Decreto 3048/99 para cartões emitidos a aposentados e pensionistas do INSS, para os pagamentos mínimos mensais da(s) fatura(s) do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval ("Cartão") de minha titularidade, devendo tal autorização permanecer sempre válida e eficaz sob pena de cancelamento imediato de meu Cartão e adoção das medidas cabíveis.

3. Outras Declarações: Declaro estar ciente e concordar que: (i) ao utilizar o Cartão e/ou assinar este Termo de Adesão, estou anuindo, em caráter irrevogável e incondicional, ao disposto nas Condições Gerais; (ii) poderei consultar sempre as Condições Gerais e suas alterações/aditamentos no site do Banco Daycoval S.A. ("Daycoval") no endereço eletrônico: www.daycoval.com.br; (iii) as Condições Gerais poderão ser alteradas de tempos em tempos pelo Daycoval, mediante novos registros em cartório, as quais poderão, a critério do Daycoval, ser disponibilizados na forma da alínea "ii" acima (registros esses que serão noticiados no site do Daycoval); (iv) conheço os termos do convênio firmado pelo Daycoval e a Entidade/Empresa Averbadora para desconto em minha renda mensal do valor consignável acima descrito; (v) mensalmente será consignado em minha remuneração o valor do pagamento mínimo indicado nas faturas do Cartão, obrigando-me no caso de opção pelo pagamento integral a utilizar a fatura do Cartão para quitar o débito que exceder o valor consignável; (vi) o Daycoval está autorizado por prazo indeterminado a debitar quaisquer valores devidos em relação ao Cartão em minha conta corrente descrita acima e/ou em outra conta corrente de minha titularidade no Brasil que venha a substituí-la, inclusive a conta disponibilizada por seu empregador.

Estou ciente de que se comprovada a falsidade das declarações e informações constantes deste Termo de Adesão estarei sujeito às responsabilidades criminais do artigo 299 do Código Penal (Crime de Falsidade Ideológica).

Local e Data:

Brasília, 21/10/2015
Ubanilda Ferraz de Azevedo
 ASSINATURA PORTADOR TITULAR:

 ASSINATURA

DADOS DO TITULAR			
CPF:	Nome:	Nº Cartão/Proposta:	
096.940.481-68	Ulanilda de F. de Aguiar	94760	
Empregador:	Matricula:		
INSS	J282045900		
DADOS BANCÁRIOS			
Nome do Banco:	Nº do Banco	Nº Agência	Conta-Corrente
BAB Banco de Brasília	0070	00043	043121343-7
<p>Autorizo o BANCO DAYCOVAL S/A, em caráter irrevogável e irretroatável a transferir o valor abaixo indicado, referente a parte do limite de meu Cartão de Crédito Consignado Daycoval, para a Conta Corrente de minha titularidade acima indicada.</p> <p>Declaro ter recebido a Planilha Demonstrativa do Custo Efetivo Total (CET), previamente à assinatura desta autorização, juntamente com as seguintes informações: (a) o valor estimado do saque; (b) recebi e concordei com todas as informações e cálculos pertinentes ao CET, bem como dos fluxos considerados em seu cálculo, inclusive a taxa percentual incidente, conforme condições vigentes na presente data e (c) o valor do saque solicitado deverá ser pago juntamente com as demais despesas da fatura de meu cartão de crédito ou financiado após a amortização do pagamento mínimo de minha fatura por meio de desconto em folha de pagamento;</p>			
<p>Valor do Saque*: R\$ <u>2.790,00</u> (_____).</p> <p>Taxa de Juros: <u>3,06</u> % a.m. Taxa de Juros: <u>44,30</u> % a.a. IOF Diário: <u>2,0082</u> % a.d. IOF Adicional: <u>0,38</u> %</p> <p>Tarifa: R\$ <u>15,00</u> CET: <u>3,74</u> % a.m. CET: <u>55,33</u> % a.a.</p> <p>(*) O valor do saque está condicionado ao limite de crédito disponível e/ou concedido, podendo o valor do saque ser inferior ao valor solicitado.</p>			

Local e Data: Brasília, 21/10/2005

Ulanilda de F. de Aguiar

ASSINATURA PORTADOR TITULAR:

 ASSINATURA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
DEPT. INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



IDOSO

Ubânia Ferraz de Azevêdo

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Recomenda-se não plastificar

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

850.648 13/12/2013

UBÂNILDA FERRAZ DE AZEVEDO

CÂNCIO FERRAZ DE AZEVEDO
FRANCISCA LUIZA FERRAZ DE AZEVEDO

RECIFE / PE 11/03/1952

C.CAS.C/AV.DIV. Nº. 8374, FOLHA 284, LIVRO B-0030, 2º OF. (07/05/1997)
BRASÍLIA - DF

096.940.481-68
7530626D

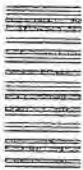
Carlos César de Sousa Saraiva

NH 03

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Oi S.A.
 SCS Qd. 02 Bloco E Projecão 21 - ASA SUL
 CEP 70302-903 - Brasília - DF
 CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
 CNPJ: 76.535.764/0326-90 I.E. 07.408.927/002-23

64800474



CDD SAMAMBAIA BSB SS1
 UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO
 QD QR 507 CJ07 C 04
 SAMAMBAIA SUL ATRAS DO COLEGIO
 72313-107 SAMAMBAIA - DF



7213512820021370000000047430170315

Referência

MARÇO/2015

Telefone

(61) 3389 6744

Vencimento

27/03/2015

Total a pagar

R\$ 172,88

Resumo da sua fatura



OI FIXO R\$ 29,91
 OI FIXO 8,91
 PACOTE DE MINUTOS FIXO-FIXO LOCAL
 PACOTE DE MINUTOS FIXO-MOVEL LOCAL
 SERVIÇOS DIGITAIS
 OUTROS PACOTES E SERVIÇOS MENSAIS 21,00



OI VELOX R\$ 55,89
 OFERTA VELOX E SERVIÇOS DE BANDA LARGA 55,89
 ASSINATURA VELOX
 ANTIVIRUS + BACKUP + EDUCA



EXCEDENTES, OUTROS SERVIÇOS E TAXAS ... R\$ 25,99
 LIGAÇÕES FIXO-FIXO 18,79
 LIGAÇÕES FIXO-MOVEL 1,85
 SERVIÇOS OUTRAS PRESTADORAS E TERCEIROS 6,35



OI TV R\$ 59,89

GANHE R\$10 DE DESCONTO NOS PRÓXIMOS 3 MESES.

CADASTRE SUA CONTA NO DÉBITO AUTOMÁTICO EM CONTA CORRENTE.

Você não se preocupa mais com atrasos no recebimento e no pagamento da sua fatura.

E ainda continua recebendo, em casa, o detalhamento impresso da sua conta.

Faça o cadastro da sua fatura pela Minha Oi ou pelo telefone 103 14.

Para mais informações, acesse www.oi.com.br/oi/oi-para-voce/minha-oi/debito-automatico

Valida para todas as instituições financeiras - Para os bancos Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banrisul ou Itaú, a adesão pode ser

Comprovante de TED

Evento: PAG0143

Código da Mensagem: PAG20151021003496007

Status: Efetivada

Valor: 2,740.00

Data do Movimento: 21/10/2015

ISPB IF Remetente:	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo de Pessoa Remetente:	PJ - Pessoa Jurídica
CNPJ / CPF do Remetente:	62.232.889/0001-90
Nome do Remetente:	Banco Daycoval
Nome do Favorecido:	UBANILDA DE FERRAZ DE AZEVEDO
CPF do Favorecido:	096.940.481-68
Banco Creditado:	BRB BANCO DE BRASILIA S.A.
Agência Creditada:	00043
Conta Creditada:	043121343 - 7
Tipo de Pessoa Creditada:	PF - Pessoa Física
Data do Status:	21/10/2015
Histórico:	Lib. Telesaque Cartão Consignado

Comprovante de TED

Evento: PAG0143

Código da Mensagem: PAG20180503007169598

Status: Efetivada

Valor: 973.00

Data do Movimento: 03/05/2018

ISPB IF Remetente:	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo de Pessoa Remetente:	PJ - Pessoa Jurídica
CNPJ / CPF do Remetente:	62.232.889/0001-90
Nome do Remetente:	Banco Daycoval
Nome do Favorecido:	UBANILDA DE FERRAZ DE AZEVEDO
CPF do Favorecido:	096.940.481-68
Banco Creditado:	BRB BANCO DE BRASILIA S.A.
Agência Creditada:	00043
Conta Creditada:	43121343 - 7
Tipo de Pessoa Creditada:	PF - Pessoa Física
Data do Status:	03/05/2018
Histórico:	Lib. Telesaque Cartão Consignado

CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL PARA TRABALHADORES DE EMPRESAS PRIVADAS, SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E INATIVOS E/OU APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS

Pelo presente contrato, de um lado, o BANCO DAYCOVAL S/A, com sede em São Paulo/SP, na Av. Paulista nº 1.793, inscrito no CNPJ sob n.º 62.232.889/0001-90, doravante denominado (“DAYCOVAL”), emissor do CARTÃO, e de outro lado, o titular do CARTÃO, pessoa física que o solicitou previamente, responsável pelas obrigações estabelecidas neste contrato e que mantém vínculo jurídico com a entidade CONVENIADA, doravante denominado (“TITULAR”) nomeado e qualificado em Termo de Adesão vinculado a este contrato, e que por sua vez aderiu ao SISTEMA ajustam entre si o presente contrato, obrigando-se mutuamente a cumprir e respeitar o quanto segue:

Importante: leia este contrato com atenção.

O TITULAR deverá ler este contrato atentamente, pois, ao preencher e assinar o Termo de Adesão ou, ao aceitar, desbloquear ou utilizar o CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DAYCOVAL, o que ocorrer primeiro, (inclusive o CARTÃO de reposição ou substituição emitido em seu nome), estará concordando com os termos e condições deste Contrato e seus aditamentos vigentes ao tempo da utilização.

CLÁUSULA 1ª – DEFINIÇÕES: Para a interpretação e entendimento do presente instrumento, as expressões abaixo, quando utilizadas no plural ou no singular, tem os seguintes significados:

ADICIONAL: pessoa física indicada pelo TITULAR para receber e utilizar um CARTÃO vinculado ao seu CARTÃO.

BANDEIRA: significa empresa que autoriza o uso de sua marca e de sua tecnologia, proprietária dos sistemas que permitem a emissão do CARTÃO e utilização nos ESTABELECIMENTOS;

CARTÃO: cartão de crédito emitido pelo DAYCOVAL, destinado ao TITULAR e seu ADICIONAL, quando permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios, para utilização como meio de pagamento eletrônico para aquisição de bens e/ou serviços em ESTABELECIMENTOS.

CENTRAL DE ATENDIMENTO: central de atendimento telefônico do DAYCOVAL, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados, por meio da qual o TITULAR, mediante confirmação de dados, poderá: (i) obter informações sobre o CARTÃO (uso, desbloqueio, limites de crédito, etc.) e dos lançamentos na FATURA, especialmente saldos, taxas e/ou encargos financeiros; (ii) comunicar mudanças de endereço e outras ocorrências de seu interesse; (iii) comunicar o roubo, furto, perda ou extravio do CARTÃO; e (iv) realizar as TRANSAÇÕES disponíveis exclusivamente por meio da CENTRAL DE ATENDIMENTO.

COMPROVANTE DE VENDA: documento emitido pelo

ESTABELECIMENTO comprobatório da TRANSAÇÃO realizada.

CONVENIADA: entidades e pessoas jurídicas públicas ou privadas em geral; Órgãos, autarquias, entidades, fundações da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Sindicatos; Associações; Entidades Previdenciárias Municipais, Estaduais e Federais, assim como quaisquer outras pessoas e/ou entidades com as quais o DAYCOVAL mantenha convênio para oferta do CARTÃO com desconto na REMUNERAÇÃO e que seja empregador ou pagador de benefício previdenciário ao TITULAR.

ENCARGOS DE SAQUE: são os juros, tributos, despesas e encargos financeiros que o TITULAR pagará ao DAYCOVAL na realização de SAQUE, inclusive por meio de Telesaque e/ou transferência de recursos. Os ENCARGOS DE SAQUE do período e o percentual máximo que incidirá no mês seguinte serão informados na FATURA, de forma a possibilitar que o TITULAR saiba, previamente à contratação da operação, os ônus financeiros que assumirá. O PORTADOR poderá obter este percentual através da CENTRAL DE ATENDIMENTO.

ENCARGOS MORATÓRIOS: significam os juros remuneratórios indicados na FATURA, acrescido dos juros moratórios e multa conforme definido neste contrato.

ESTABELECIMENTO: significa o fornecedor de bens e/ou serviços que aceitam o CARTÃO como forma de pagamento.

FATURA: documento mensal emitido pelo DAYCOVAL ao TITULAR, enviado por correio e/ou disponibilizada por meios eletrônicos, as despesas decorrentes das TRANSAÇÕES realizadas e já processadas, valores e datas, identificação do ESTABELECIMENTO, montantes totais e mínimos a pagar, débitos anteriores em aberto, o valor dos encargos contratuais, inclusive os de mora, quando houver, percentual máximo de encargos para o próximo período, limite de crédito total, data de vencimento, taxas praticadas, anuidades, tarifas, IOF e seguros, o valor pago no mês anterior e o saldo anterior quando devido, bem como eventuais créditos, local e instruções para pagamento e o Custo Efetivo Total (CET) tudo em conformidade com o disposto neste Contrato e na legislação vigente, bem como os avisos ou comunicados relacionados a este Contrato ou de relevância para o TITULAR, entre outras informações..

PAGAMENTO MÍNIMO: valor constante no campo “Pagamento Mínimo” na FATURA, que será consignado junto à CONVENIADA na REMUNERAÇÃO do TITULAR e repassado ao DAYCOVAL para amortização do saldo devedor da FATURA.

PORTADOR: significa o usuário do CARTÃO, TITULAR

e/ou seu ADICIONAL.

REMUNERAÇÃO: salário, benefício, verbas trabalhistas (inclusive indenizatórias) que o TITULAR receba da CONVENIADA e que será objeto de consignação nos termos previstos neste contrato.

SALDO DEVEDOR REMANESCENTE: resultado do “Saldo Devedor” indicado na FATURA, após a subtração do valor efetivamente pago, seja por consignação do PAGAMENTO MÍNIMO e/ou pelo pagamento da ficha de compensação que acompanha a FATURA, sempre que não houver o pagamento total dos valores da FATURA.

SAQUE: é um serviço facultativo atrelado ao CARTÃO que estará disponível, desde que permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios firmados entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA, sujeito a cobrança dos ENCARGOS DE SAQUE. O SAQUE permite a retirada de dinheiro em espécie em caixas eletrônicos conveniados à BANDEIRA, incluindo as transferências de recursos solicitadas através da Central de Atendimento do CARTÃO ou por meio dos canais de relacionamento disponibilizados pelo DAYCOVAL, inclusive correspondentes bancários autorizados no país e por outros meios eletrônicos disponibilizados pelo DAYCOVAL, e resulta na imediata contratação de financiamento com o DAYCOVAL.

SENHA: sequência de números que representa assinatura eletrônica do PORTADOR na realização de qualquer TRANSAÇÃO, sendo esta pessoal, intransferível e sigilosa.

SISTEMA: significa o conjunto de pessoas (DAYCOVAL, Processadora, CREDENCIADORA, BANDEIRA, TITULAR, ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, ETC), procedimentos, contratos, normas e tecnologia operacional, necessários à prestação de serviços de administração dos CARTÕES;

TERMO DE ADESÃO: significa o documento vinculado a este contrato, assinado pelo PORTADOR, com a indicação da data de vencimento da FATURA e manifestação de concordância com os termos e condições do presente contrato.

TITULAR: pessoa física que solicitou o CARTÃO, que mantém vínculo jurídico com a CONVENIADA.

TRANSAÇÃO: toda e qualquer compra, saque ou outra operação realizada com o CARTÃO, desde que permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios firmados entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA, ou prestação de serviço que gere uma movimentação financeira efetuada com o CARTÃO.

CLÁUSULA 2ª – DO CARTÃO

2.1. O CARTÃO é destinado ao TITULAR, vinculado à CONVENIADA, que tenha o seu crédito previamente aprovado pelo DAYCOVAL e atenda as condições previstas no convênio celebrado entre a CONVENIADA e o DAYCOVAL.

CLÁUSULA 3ª - FORMAS DE ADESÃO

3.1. A adesão do TITULAR a este contrato ocorrerá a partir do primeiro de qualquer um dos seguintes eventos: (i) assinatura física ou eletrônica, ou aceite verbal com gravação

de voz do TERMO DE ADESÃO, sendo que esta última não será aplicada caso haja vedação expressa nas legislações regulamentadoras da CONVENIADA; (ii) desbloqueio do CARTÃO na CENTRAL DE ATENDIMENTO; (iii) assinatura do recibo de entrega do CARTÃO; (iv) utilização do CARTÃO para TRANSAÇÕES junto aos ESTABELECIMENTOS; ou (v) pagamento da FATURA do CARTÃO.

CLÁUSULA 4ª - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DAYCOVAL

4.1. O CARTÃO será emitido exclusivamente com função de crédito, de utilização nacional e/ou internacional quando habilitada esta funcionalidade, de emissão do DAYCOVAL.

4.2. O CARTÃO contém no mínimo o nome do PORTADOR, número composto por 16 (dezesseis) algarismos, data de validade, logomarca do DAYCOVAL e da BANDEIRA.

4.3. O CARTÃO é de uso pessoal e intransferível e se destina à aquisição de bens e/ou serviços nos ESTABELECIMENTOS e/ou realização de saques dentro dos limites e do prazo de validade do CARTÃO.

4.4. O CARTÃO será entregue ao PORTADOR bloqueado para qualquer utilização.

CLÁUSULA 5ª - USO DO CARTÃO

5.1 O PORTADOR é responsável pela correta e adequada utilização do CARTÃO e deverá ser devolvido, ao DAYCOVAL, quando solicitado.

5.2 Obrigações especiais do PORTADOR: (a) ler atentamente as instruções e o contrato enviado juntamente com seu CARTÃO; (b) ter plena ciência e concordar com os termos deste contrato, antes de assinar o TERMO DE ADESÃO; (c) conferir os dados do CARTÃO e assinar no local indicado, no ato de seu recebimento; (d) manter o CARTÃO em boa guarda, conservando-o em segurança, na qualidade de depositário; (e) assumir total responsabilidade pelo uso de sua SENHA individual, confidencial e privativa; (f) manter o DAYCOVAL informado sobre alterações de endereço e demais dados cadastrais; (g) não usar CARTÃO vencido, cancelado, bloqueado ou cujo uso esteja suspenso, sem prejuízo da obrigação de liquidar o débito existente e restituí-lo, quando for o caso; (h) não exceder o LIMITE DE CRÉDITO que lhe foi atribuído; (i) consultar seu saldo devedor por telefone ou sistema eletrônico, caso não receba a FATURA com antecedência de 02 (dois) dias de seu vencimento; (j) pagar as importâncias, até a data de vencimento, através da FATURA ou por outros meios admitidos pelo DAYCOVAL, ainda que não esteja de posse ou não tenha recebido a FATURA em tempo hábil; (k) usar o CARTÃO unicamente para efetuar TRANSAÇÕES, sendo vedado seu uso para o pagamento de dívida de jogos de azar, bem como para qualquer outra finalidade vedada em lei ou que configure crime e/ou contravenção penal; e (l) após o recebimento do CARTÃO, efetuar o seu desbloqueio antes da 1ª utilização.

5.3. O CARTÃO será apresentado aos ESTABELECIMENTOS pelo PORTADOR, que assinará os

COMPROVANTES DE VENDA ou digitará a SENHA para efetuar as TRANSAÇÕES.

5.3.1. O PORTADOR poderá utilizar o CARTÃO como meio de pagamento para aquisição de bens e/ou serviços, para PAGAMENTO DE CONTAS e SAQUES, conforme permitido por lei, observado o LIMITE DE CRÉDITO constante da FATURA e que esteja efetivamente disponível na data da TRANSAÇÃO.

5.3.2 As TRANSAÇÕES com o CARTÃO estão sujeitas à prévia aprovação do DAYCOVAL, a qual será solicitada pelo ESTABELECIMENTO, podendo o DAYCOVAL negar autorização para determinadas TRANSAÇÕES e/ou bloquear ou cancelar o CARTÃO, de acordo com a política de risco e de crédito do DAYCOVAL, caso tenha sido excedido o LIMITE DE CRÉDITO, ou nas demais hipóteses previstas neste contrato.

5.4. Caberá ao PORTADOR verificar a veracidade dos dados lançados no COMPROVANTE DE VENDA pelo ESTABELECIMENTO, sendo certo que a assinatura desse documento e/ou digitação da SENHA e/ou fornecimento dos dados do CARTÃO em TRANSAÇÕES de assinatura em arquivo caracteriza sua inequívoca manifestação de vontade e concordância com as TRANSAÇÕES realizadas, obrigando o TITULAR pelo pagamento das TRANSAÇÕES e por todos os encargos e responsabilidades delas decorrentes.

5.5. O PORTADOR poderá adquirir bens e serviços nos ESTABELECIMENTOS, sem apresentação do CARTÃO, através do telefone, internet ou pedidos de compras divulgados via marketing direto.

5.5.1. O PORTADOR tem ciência de que o uso da Internet e/ou canais de televendas para efetuar TRANSAÇÕES com o CARTÃO implica em riscos e que o DAYCOVAL não se responsabiliza pela qualidade, legitimidade e autenticidade dos serviços e/ou produtos adquiridos por estes canais, bem como pela reputação e idoneidade dos respectivos ESTABELECIMENTOS.

5.5.2. O PORTADOR obriga-se a utilizar computadores com antivírus, *firewall* e demais recursos de segurança compatíveis com o uso da Internet para TRANSAÇÕES seguras com o CARTÃO.

5.6. **Saques:** Os SAQUES e os telesaques com o CARTÃO de crédito são concedidos sob forma de financiamento e sujeitos a cobrança de ENCARGOS DE SAQUE que serão calculados *pro rata die* a partir da data do SAQUE e/ou telesaque, até data de pagamento da FATURA, conforme valores e limites previamente definidos na FATURA.

5.6.1. O PORTADOR poderá solicitar o SAQUE no ato da contratação do CARTÃO, desde que haja LIMITE DE CRÉDITO disponível (pré-saque).

5.6.2. Após recomposição do LIMITE DE CRÉDITO, o PORTADOR, poderá realizar novos SAQUES (saques complementares).

5.7. O DAYCOVAL não se responsabiliza por eventual restrição imposta pelos ESTABELECIMENTOS ao uso do CARTÃO, nem pelo preço, qualidade e quantidade dos bens adquiridos ou serviços prestados, cabendo ao TITULAR pagar ao DAYCOVAL a despesa correspondente e resolver

qualquer pendência diretamente com o ESTABELECIMENTO.

5.8. O PORTADOR deverá deixar de utilizar o CARTÃO imediatamente caso o TITULAR tenha, por qualquer motivo e a qualquer tempo, suspenso ou rescindido seu vínculo junto à CONVENIADA.

5.9. Na hipótese de desistência da TRANSAÇÃO entre o PORTADOR e o ESTABELECIMENTO, esta somente poderá ser estornada da FATURA mediante apresentação, ao DAYCOVAL de carta de cancelamento emitida pelo ESTABELECIMENTO contendo, no mínimo, a razão social e número de CNPJ, data e valor da TRANSAÇÃO; número do CARTÃO e nome do PORTADOR.

5.10. É vedado ao PORTADOR utilizar o CARTÃO bem como fornecer sua numeração, senha ou código que o identifiquem como usuário de serviços do SISTEMA, para acessar jogos via internet, ou mesmo cassinos, conforme legislação pertinente à matéria, tornando-se o TITULAR o único responsável por qualquer consequência que provier da utilização do CARTÃO por terceiros, não cabendo ao DAYCOVAL qualquer responsabilidade por eventuais prejuízos que possam ocorrer, devendo o TITULAR arcar com todos os ônus decorrentes, inclusive os que forem causados ao próprio DAYCOVAL, pelo uso indevido do CARTÃO.

5.11. **Comunicação de Perda ou Roubo do CARTÃO:** O PORTADOR deverá comunicar imediatamente à CENTRAL DE ATENDIMENTO do DAYCOVAL a perda, extravio, roubo, fraude ou furto do CARTÃO ou suspeita de que o mesmo esteja sendo utilizado por terceiros a qual informará ao PORTADOR o código de cancelamento do CARTÃO.

5.11.1. **Até o comunicado de que trata a Cláusula 5.11 o TITULAR é civilmente responsável pelo uso do CARTÃO e das correspondentes TRANSAÇÕES, exonerando-se apenas após o comunicado.**

5.11.2. Mediante solicitação do DAYCOVAL, o PORTADOR deverá ratificar a comunicação de que trata a Cláusula 5.11, por escrito e acompanhada de um Boletim de Ocorrência Policial.

5.12. **Pagamento de Contas:** Se esta funcionalidade estiver disponível para o CARTÃO, o PORTADOR poderá utilizá-la para pagar boletos e fichas de compensação mediante pagamento de tarifa ao DAYCOVAL.

5.12.1. O PAGAMENTO DE CONTAS deverá ser utilizado apenas para contas de natureza pessoal, não podendo ser utilizado para contas de terceiros ou de pessoas jurídicas. **Fica certo e ajustado que este serviço não poderá ser utilizado para pagamento de FATURAS do CARTÃO do PORTADOR e/ou de outros cartões emitidos pelas empresas pertencentes ao conglomerado do DAYCOVAL.**

5.13. O TITULAR tem ciência e expressamente concorda, de forma irrevogável e irretroatável, que é o único responsável pela utilização e pelo pagamento de todas as TRANSAÇÕES realizadas pelo(s) ADICIONAL(IS) por ele indicado(s).

5.13.1. O LIMITE DE CRÉDITO é compartilhado com o TITULAR e o ADICIONAL.

5.13.2. A emissão do CARTÃO ADICIONAL está sujeita à análise e aprovação do DAYCOVAL.

CLÁUSULA 6ª - LIMITE DE CRÉDITO

6.1. O LIMITE DE CRÉDITO atribuído pelo DAYCOVAL para o CARTÃO será definido com base na margem consignável disponível do TITULAR junto à CONVENIADA e comunicado ao TITULAR na entrega da FATURA e/ou desbloqueio do CARTÃO e/ou através da CENTRAL DE ATENDIMENTO, e suas alterações serão comunicadas através da FATURA.

6.2. O LIMITE DE CRÉDITO tem validade de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão e será informado mensalmente na FATURA, ficando facultado ao DAYCOVAL reduzir ou aumentar, a seu exclusivo critério, de acordo com a sua política de crédito e/ou aumento ou redução de margem consignável, mediante comunicação na FATURA, sendo que eventual discordância poderá ensejar o bloqueio ou suspensão do CARTÃO.

6.2.1. Considerando que o LIMITE DE CRÉDITO é concedido pelo DAYCOVAL com base na margem consignável disponível no momento da adesão ao CARTÃO, o DAYCOVAL, na hipótese de redução da margem consignável, poderá, consequentemente, reduzir o LIMITE DE CRÉDITO, independentemente de aviso prévio ao TITULAR.

6.2.2. O uso do CARTÃO após a comunicação de alteração do LIMITE DE CRÉDITO será considerado expressa concordância do TITULAR com o novo LIMITE DE CRÉDITO.

6.3. O TITULAR poderá, sempre que necessário, confirmar o seu LIMITE DE CRÉDITO disponível por meio de consulta à CENTRAL DE ATENDIMENTO do DAYCOVAL.

6.4. Os valores das TRANSAÇÕES realizadas comprometem o LIMITE DE CRÉDITO do CARTÃO. Este limite será restabelecido no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas após o efetivo pagamento da FATURA e no exato valor pago. Da mesma forma, o LIMITE DE CRÉDITO nas compras parceladas será restabelecido no valor de cada parcela quitada.

CLÁUSULA 7ª - COMPRAS PARCELADAS

7.1. O PORTADOR poderá, dentro do LIMITE DE CRÉDITO previamente fixado, efetuar TRANSAÇÕES na modalidade parcelada. Nas compras parceladas, o valor total da TRANSAÇÃO comprometerá o LIMITE DE CRÉDITO:

(a) **Parcelado Emissor:** se disponível para o CARTÃO, o PORTADOR poderá efetuar compras parceladas pelo Emissor, com acréscimo de juros remuneratórios, IOF e demais encargos. O PORTADOR deverá consultar previamente a CENTRAL DE ATENDIMENTO ou a FATURA sobre as taxas de juros e demais condições aplicáveis.

(b) **Parcelado ESTABELECIMENTO** (se disponível à época da compra pelo ESTABELECIMENTO): o PORTADOR poderá efetuar compras parceladas pelo ESTABELECIMENTO, sem a cobrança de juros. As

condições de parcelamento nessa modalidade devem ser consultadas diretamente com o ESTABELECIMENTO.

7.2. **Vencimento Antecipado das Parcelas:** O atraso no pagamento de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado das demais, reservando-se ao DAYCOVAL o direito de cobrar, a qualquer momento e de uma só vez, o valor total do débito.

CLÁUSULA 8ª - TARIFAS

8.1. As tarifas e/ou anuidade, serão cobradas de acordo com os termos da legislação regulamentadora e/ou convênio celebrado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA.

8.2. Os valores das tarifas poderão ser alterados pelo DAYCOVAL, de tempos em tempos, observadas as normas editadas pelo Banco Central do Brasil, hipótese em que, o TITULAR será comunicado através da FATURA e/ou na tabela de tarifas do DAYCOVAL, no *Site* DAYCOVAL e na CENTRAL DE ATENDIMENTO.

8.3. O TITULAR pagará ao DAYCOVAL, conforme Tabela de Tarifas disponível nas agências do DAYCOVAL, no *SITE* e na CENTRAL DE ATENDIMENTO, em vigor na data da prestação dos serviços, as seguintes tarifas:

(i) tarifa pela emissão do CARTÃO;

(ii) tarifa pela emissão de 2ª via do CARTÃO, restrito a casos de pedidos de reposição formulados pelo TITULAR e/ou ADICIONAL, decorrente de perda, roubo, furto, danificação e outros motivos não imputáveis à instituição emitente;

(iii) tarifa de fornecimento emergencial de 2ª. via do CARTÃO, solicitada pelo TITULAR e/ou pelo ADICIONAL, desde que não vedada pela legislação regulamentadora e/ou convênio celebrado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA;

(iv) tarifa de PAGAMENTO DE CONTAS;

(v) tarifa de utilização de canais de atendimento para SAQUES, desde que a funcionalidade esteja habilitada e/ou que não haja vedação na legislação regulamentadora e/ou convênio celebrado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA;

(vi) tarifa por avaliação emergencial de crédito, devidamente solicitada pelo TITULAR, desde que não haja vedação na legislação regulamentadora e/ou convênio celebrado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADAS; e

(vii) outras tarifas não vedadas e que não contrariem regulamentação em vigor e os termos do convênio celebrado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA.

CLÁUSULA 9ª – PAGAMENTO DA FATURA

9.1. Mensalmente o DAYCOVAL disponibilizará a FATURA ao TITULAR para conferência das TRANSAÇÕES efetuadas no período, do saldo devedor e do valor a ser consignado. A data de vencimento da FATURA será a data de pagamento da REMUNERAÇÃO do TITULAR, ou na data em que é realizado o repasse do valor consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR pela CONVENIADA, conforme condições estabelecidas pelo respectivo Convênio.

9.2. O DAYCOVAL, de acordo com as normas vigentes, aceitará, para fins de adimplência, o pagamento do valor mínimo indicado na FATURA que será consignado na

REMUNERAÇÃO do TITULAR junto à CONVENIADA, podendo o SALDO DEVEDOR REMANESCENTE não quitado ser financiado pelo DAYCOVAL, nos termos da cláusula 10ª adiante, caso não haja o pagamento da FATURA, nos termos da cláusula 9.4.

9.2.1. O PAGAMENTO MÍNIMO não tem valor fixo, sendo variável conforme a utilização do cartão, combinada com a MARGEM CONSIGNÁVEL disponível.

9.3. Caso não seja possível a averbação do PAGAMENTO MÍNIMO da FATURA na REMUNERAÇÃO do TITULAR, este deverá providenciar o pagamento e, em caso de desconto parcial, o TITULAR deverá pagar a diferença entre o valor descontado de sua REMUNERAÇÃO e do PAGAMENTO MÍNIMO, através da ficha de compensação enviada com a FATURA, sob pena de incidência dos encargos moratórios, bloqueio/suspensão do CARTÃO.

9.4. Se o valor consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR for inferior ao valor total da FATURA, o TITULAR poderá efetuar o pagamento do SALDO DEVEDOR REMANESCENTE da FATURA, utilizando a ficha de compensação disponibilizada com a FATURA, na rede bancária.

9.5. Sobre o saldo devedor da FATURA (não consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR e não pago em sua integralidade pelo TITULAR) incidirão os encargos moratórios previstos neste instrumento, contados a partir da data do vencimento da FATURA até a data da sua efetiva quitação.

9.6. O não recebimento da FATURA pelo TITULAR não exclui a obrigação de pagamento até a sua data de vencimento, sendo que, caso a FATURA não seja recebida em até 02 (dois) dias úteis antes do vencimento, o TITULAR deverá entrar em contato com a CENTRAL DE ATENDIMENTO para obter o valor do saldo devedor e instruções de pagamento da FATURA ou através dos meios eletrônicos disponibilizados pelo DAYCOVAL.

9.7. O DAYCOVAL poderá receber pagamentos em atraso, pagamentos parciais ou outros tipos de pagamentos, a crédito de valores então devidos ou de um acordo de pagamentos. A aceitação desses pagamentos pelo DAYCOVAL não implica renúncia a direitos ou alteração deste contrato.

9.8 Ocorrendo inadimplência e/ou a impossibilidade do desconto em folha de pagamento do valor mínimo estipulado na FATURA, o DAYCOVAL está autorizado, em caráter irrevogável e irretratável por prazo indeterminado a debitar o valor devido na conta corrente do TITULAR descrita no Termo de Adesão e/ou em outra conta corrente de sua titularidade no Brasil, especialmente a conta que venha a ser disponibilizada por seu empregador.

CLÁUSULA 10ª - FINANCIAMENTO DO SALDO DEVEDOR

10.1. O TITULAR está ciente de que se deixar de pagar o valor integral do saldo devedor da FATURA, até a data de vencimento, estará optando por financiar este saldo remanescente com a incidência dos juros de financiamento e encargos indicados na FATURA. O valor do financiamento corresponderá à diferença entre o saldo devedor indicado na

FATURA e o valor consignado e/ou pago diretamente pelo TITULAR.

10.2. Ao ser exercida a opção de financiamento referida no item 10.1., o DAYCOVAL abrirá um crédito ao TITULAR, na modalidade de crédito rotativo ou em outra modalidade de crédito oferecida pelo DAYCOVAL, cujo valor não poderá exceder ao SALDO DEVEDOR REMANESCENTE.

10.3. O CET – Custo Efetivo Total das operações de crédito passíveis de contratação pelo PORTADOR com o CARTÃO será indicado na própria FATURA, na forma de percentual mensal e anual.

10.3.1. O cálculo do CET será composto por todos os juros, tributos, tarifas e outras despesas devidas, nos termos deste contrato, considerando o valor do LIMITE DE CRÉDITO, menos o valor do PAGAMENTO MÍNIMO de cada mês, de acordo com a regulamentação em vigor.

10.4. O saldo devedor financiado será computado pelo DAYCOVAL como utilização do LIMITE DE CRÉDITO, que será recomposto proporcionalmente à quitação das FATURAS.

CLÁUSULA 11ª – CARTÕES DE USO INTERNACIONAL

11.1. O DAYCOVAL poderá, e desde que permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênio firmado com a CONVENIADA, disponibilizar a funcionalidade do CARTÃO para uso internacional, o qual estará identificado com a expressão “internacional” no plástico.

11.2. Para possibilitar a apuração dos valores devidos, o valor das Transações e/ou Saques efetuados com o Cartão fora do território brasileiro será convertido para a moeda corrente nacional mediante a aplicação da taxa de câmbio do dólar norte-americano praticada pelo Daycoval na data de emissão da Fatura.

11.3. A taxa de câmbio do dólar utilizada pelo DAYCOVAL será compatível com a taxa média de mercado para operações de varejo praticada para pessoas físicas podendo, em alguns casos, ser superior ou inferior à taxa informada pelo Banco Central.

11.4. O valor das TRANSAÇÕES realizadas no exterior em moeda diferente do dólar norte-americano será primeiramente convertido em dólar norte-americano, na data da TRANSAÇÃO, conforme os critérios e sistemas utilizados pela Bandeira, para só então haver a conversão para a moeda corrente nacional na data de emissão da FATURA.

11.5. Se a taxa de câmbio utilizada pelo DAYCOVAL na data de emissão da FATURA for diferente da taxa de câmbio vigente na data de seu vencimento (ou de seu pagamento quando este ocorrer antes do vencimento) o valor relativo à diferença das taxas de câmbio será creditado ou debitado, conforme o caso, na próxima FATURA.

11.6. Conforme a legislação pertinente sobre os valores das TRANSAÇÕES efetuados em moeda estrangeira haverá a incidência do IOF – Imposto sobre Operações Financeiras (e/ou outro tributo que legalmente vier a substituí-lo ou se torne exigível), à alíquota e condições vigentes à época, cujos valores serão lançados na FATURA.

11.7. Se forem estabelecidos novos tributos e/ou custos adicionais decorrentes da remessa de moeda ao exterior para pagamento das TRANSAÇÕES efetuadas fora do território brasileiro com o CARTÃO, estes serão de responsabilidade exclusiva do TITULAR, ficando o DAYCOVAL autorizado a lançá-los na FATURA.

11.8. Se houver restrição para remessa de moeda ao exterior, o TITULAR será responsável pelo valor de eventual variação cambial da remessa, bem como pelos custos adicionais decorrentes até que seja possível efetuar as remessas devidas.

11.9. O PORTADOR deverá comunicar o DAYCOVAL previamente à utilização do CARTÃO para TRANSAÇÕES no exterior de modo a evitar que o CARTÃO seja bloqueado por TRANSAÇÕES fora do perfil do PORTADOR.

CLÁUSULA 12ª – RECONHECIMENTO DE DÍVIDA - DIVERGÊNCIAS

12.1. Havendo qualquer dúvida em relação à FATURA, o TITULAR deverá entrar imediatamente em contato com o DAYCOVAL, através da CENTRAL DE ATENDIMENTO, para que lhe sejam prestadas as informações necessárias e tomadas as providências cabíveis, se aplicável.

12.2. Sem prejuízo da exigibilidade da consignação do valor da FATURA com a CONVENIADA, o TITULAR poderá contestar por escrito, qualquer lançamento à débito ou à crédito constante na FATURA nos 30 (trinta) dias seguintes ao vencimento da respectiva FATURA na qual foi discriminada o lançamento alvo da contestação.

12.2.1. Na hipótese acima, o não exercício dessa faculdade implicará no reconhecimento pelo TITULAR da exatidão das TRANSAÇÕES e valores constantes na FATURA.

12.3. A contestação de TRANSAÇÕES pelo TITULAR, deverá ser apresentada por escrito e assinada pelo TITULAR, acompanhada de documentação pertinente e, eventualmente, pelo CARTÃO.

12.3.1. O TITULAR reconhece que a não apresentação da documentação requerida pelo DAYCOVAL poderá suspender o processo interno de análise da contestação.

12.4. CABE UNICAMENTE AO TITULAR PROMOVER, POR SUA CONTA E RISCO, QUAISQUER CANCELAMENTOS DE TRANSAÇÕES OU RECLAMAÇÕES CONTRA OS ESTABELECIMENTOS, INCLUSIVE EM RELAÇÃO À DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS, EM DECORRÊNCIA DE SEU DIREITO DE ARREPENDIMENTO E/OU POR EVENTUAIS VÍCIOS E DEFEITOS.

12.5. Em caso de divergência com um ESTABELECIMENTO, remanesce a obrigação do TITULAR efetuar o pagamento total devido ao DAYCOVAL e solucionar a divergência diretamente com o ESTABELECIMENTO.

12.6. O TITULAR tem ciência de que o estorno e cancelamento de TRANSAÇÕES dependerão de solicitação do ESTABELECIMENTO à BANDEIRA, conforme regras e procedimentos da BANDEIRA.

CLÁUSULA 13ª – ENCARGOS

13.1. Sobre o saldo devedor não pago ou pago em atraso,

bem como o valor remanescente ao PAGAMENTO MÍNIMO consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR, incidirão os encargos indicados na FATURA para crédito rotativo

13.2. Em caso de falta de consignação do PAGAMENTO MÍNIMO será de exclusiva responsabilidade do TITULAR o pagamento da FATURA. Caso o PAGAMENTO MÍNIMO não seja realizado, o DAYCOVAL bloqueará o CARTÃO para novas TRANSAÇÕES, nos termos da cláusula 13.5. adiante, sem prejuízo da responsabilidade do TITULAR de efetuar o pagamento integral e pontual na data de vencimento constante na FATURA.

13.3. Caso não seja possível, em qualquer mês, a consignação integral do PAGAMENTO MÍNIMO pela CONVENIADA e o TITULAR não o efetue por meio de ficha de compensação que acompanha a FATURA, o TITULAR estará em mora pelo atraso ou falta de pagamento, estando sujeito aos seguintes encargos, calculados sobre o saldo devedor desde a data do vencimento da FATURA até a data do efetivo pagamento:

(i) juros de financiamento (crédito rotativo) indicados na FATURA;

(ii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês;

(iii) multa de 2% (dois por cento) calculada sobre os valores devidos e não pagos;

13.4. O recebimento do valor principal pelo DAYCOVAL não significará a quitação dos encargos previstos neste contrato ou nas operações de crédito incidentes.

13.5. O atraso no pagamento de qualquer valor devido em relação a este contrato, bem como o descumprimento de suas demais disposições, facultará ao DAYCOVAL efetuar, a seu exclusivo critério, o bloqueio e/ou cancelamento automático do CARTÃO, permanecendo o TITULAR responsável pelo pagamento das TRANSAÇÕES e respectivos valores não pagos até a data do cancelamento.

13.6. O TITULAR fica ciente desde já que além do bloqueio/cancelamento do CARTÃO, o atraso no pagamento de qualquer valor devido em relação a este contrato, acarretará na inclusão de seu nome nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito.

CLÁUSULA 14ª - BLOQUEIO, CANCELAMENTO, VENCIMENTO ANTECIPADO E SUBSTITUIÇÃO DO CARTÃO

14.1. O DAYCOVAL poderá, a seu exclusivo critério, sem prejuízo da aplicação das demais disposições contratuais, bloquear, cancelar ou suspender temporariamente ou definitivamente o CARTÃO, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

(a) rescisão do presente Contrato por qualquer das partes;

(b) solicitação de cancelamento do CARTÃO pelo TITULAR;

(c) comunicação de perda, roubo, furto ou extravio ao DAYCOVAL;

(d) cancelamento do CARTÃO pelo DAYCOVAL, com prévia comunicação ao TITULAR;

(e) cancelamento do CARTÃO pelo DAYCOVAL por

exigência judicial ou do Banco Central do Brasil, por utilização ilícita ou em desacordo com as normas vigentes;

(f) falecimento do TITULAR;

(g) alteração de endereço cadastral sem notificação ao DAYCOVAL;

(h) bloqueio preventivo pelo DAYCOVAL caso as TRANSAÇÕES efetuadas sejam incompatíveis com o perfil de uso do PORTADOR;

(i) suspensão e/ou cancelamento do benefício e/ou rescisão do vínculo (relação de emprego) do TITULAR junto à CONVENIADA;

(j) rescisão do Convênio firmado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA;

(k) na ocorrência de qualquer hipótese de suspensão do CARTÃO prevista neste Contrato;

(l) na ocorrência de perda total ou parcial da margem consignável com a CONVENIADA;

(m) atraso no pagamento;

(n) restrição de crédito em nome do TITULAR perante quaisquer órgãos de proteção ao crédito, incluindo o CCF (Cadastro de Emitente de Cheques Sem Fundo);

(o) suspeita de uso irregular do CARTÃO;

(p) caso não seja possível a consignação integral do PAGAMENTO MÍNIMO pela CONVENIADA;

(q) ATRASO ou FALTA DE REPASSE dos valores consignados, por parte da CONVENIADA.

14.2 O DAYCOVAL cancelará o CARTÃO e exigirá de imediato o pagamento antecipado do total da dívida, mediante aviso ao TITULAR com antecedência mínima de 2 (dois) dias, se:

(a) o TITULAR descumprir qualquer das obrigações assumidas neste contrato, sofrer protesto de título ou tiver sua insolvência requerida;

(b) qualquer declaração prestada pelo TITULAR for falsa ou enganosa ou, ainda incorreta ou incompleta;

(c) o TITULAR descumprir qualquer obrigação assumida em outros contratos com o DAYCOVAL;

(d) se o DAYCOVAL constatar que as informações prestadas pelo TITULAR são inverídicas e/ou insuficientes; ou

(e) nos demais casos previstos em lei.

14.3. Substituição e Reposição do CARTÃO: O CARTÃO será válido pelo prazo indicado no plástico. O DAYCOVAL poderá emitir um novo CARTÃO em substituição ou reposição por ocasião do término do prazo de validade.

14.3.1. Caso o CARTÃO apresente algum problema de funcionamento, o DAYCOVAL deverá ser comunicado, a fim de que proceda a sua substituição.

CLÁUSULA 15ª - VIGÊNCIA E RESCISÃO

15.1. Este contrato entrará em vigor no momento da aceitação, assinatura do Termo de Adesão ou utilização do CARTÃO, o que ocorrer primeiro, e vigorará por prazo indeterminado, podendo, ser rescindido, por qualquer uma das partes.

15.2. A qualquer tempo poderá o TITULAR e/ou o DAYCOVAL resolver o presente contrato comunicando a outra parte sobre a sua decisão. Nesta hipótese o TITULAR deverá devolver o(s) CARTÃO(ÕES) ao DAYCOVAL,

devidamente inutilizado(s), e permanecerá responsável pelos débitos remanescentes decorrentes deste contrato, que deverão ser pagos pelo TITULAR de uma só vez, através da ficha de compensação disponibilizada na FATURA.

CLÁUSULA 16ª - ALTERAÇÕES DO CONTRATO

16.1. O DAYCOVAL poderá alterar este contrato em decorrência de mudanças na legislação e/ou regulamentação aplicáveis, bem como para ampliar a utilidade do CARTÃO, agregar-lhe outros serviços, o que será formalizado mediante aditivo e/ou nova versão com registro em Cartório e comunicado ao TITULAR por correspondência e/ou mensagem na FATURA.

16.2. **Fica assegurado ao TITULAR o direito de se manifestar contrariamente as alterações e exercer seu direito de rescindir o presente contrato em até 30 (trinta) dias da referida mensagem.**

16.2.1. **O pagamento parcial da fatura ou a utilização do CARTÃO pelo TITULAR e/ou pelo ADICIONAL após este período implicará na sua adesão e concordância com as alterações efetuadas.**

16.3. Os comunicados de alteração no contrato serão informados por meio da FATURA disponibilizada ao TITULAR.

CLÁUSULA 17ª - CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

17.1. O TITULAR concorda que o DAYCOVAL poderá a qualquer tempo, ceder sua posição contratual ou transferir os direitos e garantias decorrentes deste contrato para suas afiliadas, controladoras, controladas ou para qualquer instituição financeira. A cessão ou transferência não alterará o teor do Contrato e o DAYCOVAL comunicará o TITULAR acerca da cessão ou transferência.

17.2. Caso o TITULAR discorde da cessão ou transferência, poderá rescindir este contrato entrando em contato com a CENTRAL DE ATENDIMENTO.

17.3. **Se o TITULAR e/ou ADICIONAL usar(em) o CARTÃO após o recebimento da notificação da cessão ou transferência, esses atos serão considerados pelo DAYCOVAL como renúncia pelo TITULAR à faculdade prevista no item 17.2. acima.**

CLÁUSULA 18ª - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A omissão ou tolerância do DAYCOVAL quanto ao exercício de qualquer direito, poder ou privilégio conferido em lei ou neste Contrato não constituirá novação, desistência ou renúncia, nem afetará os seus direitos que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

18.2. O PORTADOR autoriza o DAYCOVAL em caráter irrevogável e irretratável a fornecer ao Banco Central do Brasil, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras e outros órgãos que a lei prever, qualquer informação relativa à TRANSAÇÕES que possam estar configuradas na Lei nº 9.613/98 e suas posteriores alterações – que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.

18.3. O PORTADOR autoriza o DAYCOVAL, em caráter irrevogável e irretratável a: (a) trocar informações cadastrais, de créditos e débitos com sistemas positivos e negativos de crédito, como aqueles do Serasa S.A. e do Serviço de Proteção ao Crédito; (b) consultar todas as suas informações

no Sistema de Informações de Crédito (“SCR”) e no Sistema Integrado de Registro de Operações de Câmbio (PCAM 415) do Banco Central do Brasil (“BCB”); e (c) fornecer ao BCB quaisquer informações solicitadas, inclusive para inserção no SCR. A autorização ora concedida ao DAYCOVAL no item (b) acima é extensiva (i) às câmaras e aos prestadores de serviço de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos brasileiro; (ii) às entidades autorizadas a exercer as atividades de depósito centralizado ou de registro de ativos e de valores mobiliários; e (iii) às instituições que adquiram ou recebam em garantia, ou manifestem interesse de adquirir ou receber em garantia, total ou parcialmente, operações de crédito do PORTADOR.

18.3.1. O PORTADOR declara estar ciente que o SCR é um sistema administrado pelo BCB, que armazena dados remetidos pelas instituições especificadas na regulamentação em vigor sobre operações de crédito, com a finalidade de prover informações ao BCB para monitoramento do crédito no sistema financeiro, exercício de suas atividades de fiscalização e intercâmbio de informações entre instituições financeiras a respeito do montante de responsabilidades de clientes em operações de crédito.

18.3.2. As consultas no SCR podem ser feitas (i) pelo próprio BCB; (ii) pelos clientes em geral, junto ao BCB, de acordo com as orientações constantes de sua página na internet; e (iii) pelas instituições participantes do SCR que tenham autorização específica do PORTADOR para tanto.

18.3.3. Caso seja necessário alterar, excluir, cadastrar medida judicial ou manifestar discordância relacionada a quaisquer informações remetidas ao SCR pelo DAYCOVAL, o PORTADOR deverá entrar em contato com a CENTRAL DE ATENDIMENTO.

18.3.4. Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos diretamente junto ao BCB, em qualquer de suas unidades, por meio da Central de Atendimento ao Público ou ainda em sua página na internet.

18.4. O TITULAR autoriza o DAYCOVAL a contatá-lo por qualquer meio, inclusive telefone, e-mail, SMS e correspondência, para ofertar produtos e serviços do conglomerado, ações destinadas à prevenção de fraudes, bloqueio ou desbloqueio do CARTÃO, novidades do DAYCOVAL e/ou empresas do Grupo DAYCOVAL. Fica facultado ao TITULAR proceder o cancelamento desta autorização a qualquer tempo, mediante comunicação ao DAYCOVAL.

18.4.1. Todas as notificações e outras comunicações relacionadas a este Contrato deverão ser feitas por escrito e entregues por correio eletrônico (e-mail) ou pessoalmente

com protocolo de recebimento ou ainda, pelo correio, mediante carta com aviso de recebimento, em qualquer caso, para os endereços físicos e eletrônicos indicados no Termo de Adesão.

18.4.2. O PORTADOR para fins de notificação, citação ou intimação, nos termos dos artigos 190, 246, inciso V e 513 § 2º, inciso III do Código de Processo Civil informam os endereços eletrônicos indicados no Termo de Adesão.

18.4.3. As partes obrigam-se (i) a manter válidos e ativos os endereços indicados no Termo de Adesão durante todo o período de vigência deste Contrato; e (ii) a comunicar a outra parte em caso de alteração de quaisquer dos endereços acima indicados, sob pena de considerarem-se válidas quaisquer comunicações (incluindo quaisquer notificações, intimações e citações) enviadas aos endereços acima referidos.

18.5. O DAYCOVAL, através da CENTRAL DE ATENDIMENTO, prestará informações, esclarecerá dúvidas e tomará as devidas providências a fim de solucionar eventuais problemas relacionadas ao CARTÃO.

18.6. Este contrato obriga as partes, seus herdeiros e sucessores, sendo sempre aplicável a legislação brasileira em vigor e as normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil.

18.7. O TITULAR autoriza o DAYCOVAL, a seu exclusivo critério, proceder à compensação da dívida ou saldo devedor oriundos da FATURA não paga com quaisquer valores mantidos por este junto ao próprio DAYCOVAL e também em outras instituições financeiras, de modo a liquidar e/ou amortizar as obrigações inadimplidas junto ao DAYCOVAL decorrentes do uso do CARTÃO.

18.8. O TITULAR reconhece de forma irrevogável e irretratável que este contrato e sua(s) respectiva(s) FATURA(S) constituem título executivo para todos os fins e efeitos de direito, sendo passíveis de processo de execução, nos termos do art. 784 do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 19ª - FORO

19.1 As partes elegem o foro da capital do Estado de São Paulo como o competente para dirimir quaisquer questões resultantes deste Contrato.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2018.

BANCO DAYCOVAL S.A.

Este contrato foi registrado sob nº 2.150.519 no 10º Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica da cidade de São Paulo – SP, em 12/03/2018.

Central de Atendimento:

3004 5300 Capitais e Regiões Metropolitanas

0800 721 5300 Demais Localidades

Todos os dias, 24 horas, inclusive feriados.

Ouvidoria: 0800- 777 0900

De segunda à sexta feira, das 09h às 18h, exceto feriados.

SAC: 0800 – 880 6158 (para sugestões, reclamações e cancelamento)

Serviço de Atendimento ao Deficiente Auditivo e de Fala:
0800 – 880 1919

Todos os dias, 24 horas, inclusive feriados.

Site DAYCOVAL: www.daycoval.com.br

BancoDaycoval

CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL PARA TRABALHADORES DE EMPRESAS PRIVADAS, SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E INATIVOS E/OU APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS

Pelo presente contrato, de um lado, o BANCO DAYCOVAL S/A, com sede em São Paulo/SP, na Av. Paulista nº 1.793, inscrito no CNPJ sob n.º 62.232.889/0001-90, doravante denominado (“DAYCOVAL”), e de outro lado, o titular do CARTÃO, pessoa física que o solicitou previamente, responsável pelas obrigações estabelecidas neste contrato e que mantém vínculo jurídico com a entidade CONVENIADA, doravante denominado (“TITULAR”) nomeado e qualificado em Termo de Adesão vinculado a este contrato, e que por sua vez aderiu ao Sistema de Cartões do DAYCOVAL (“SISTEMA”) ajustam entre si o presente contrato, obrigando-se mutuamente a cumprir e respeitar o quanto segue:

Importante: leia este contrato com atenção

O TITULAR deverá ler este contrato atentamente, pois, ao preencher e assinar o Termo de Adesão ou, ao aceitar, desbloquear ou utilizar o CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DAYCOVAL o que ocorrer primeiro, (inclusive o CARTÃO de reposição ou substituição emitido em seu nome), estará concordando com os termos e condições deste Contrato e seus aditamentos vigentes ao tempo da utilização.

CLÁUSULA 1 º – DEFINIÇÕES: Para a interpretação e entendimento do presente instrumento, as expressões abaixo, quando utilizadas no plural ou no singular, tem os seguintes significados:

BANDEIRA: empresa(s) sediada(s) no Brasil que ceder(em) ao DAYCOVAL o direito de usar sua marca e rede de ESTABELECIMENTOS;

CARTÃO: cartão de crédito emitido pelo DAYCOVAL, destinado ao TITULAR e seu ADICIONAL, quando permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios, para utilização como meio de pagamento de transações efetuadas junto aos ESTABELECIMENTOS.

CENTRAL DE ATENDIMENTO: central de atendimento telefônico do DAYCOVAL, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados, por meio da qual o TITULAR, mediante confirmação de dados, poderá: (i) obter informações sobre o CARTÃO (uso, desbloqueio, limites de crédito, etc.) e dos lançamentos na FATURA, especialmente saldos, taxas e/ou encargos financeiros; (ii) comunicar mudanças de endereço e outras ocorrências de seu interesse; (iii) comunicar o roubo, furto, perda ou extravio do CARTÃO; e (iv) realizar as TRANSAÇÕES disponíveis exclusivamente junto a CENTRAL DE ATENDIMENTO.

COMPROVANTE DE VENDA: documento emitido pelo ESTABELECIMENTO, comprobatório da TRANSAÇÃO realizada.

CONVENIADA: entidades e pessoas jurídicas públicas ou

privadas em geral; Órgãos, autarquias, entidades, fundações da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Sindicatos; Associações; Entidades Previdenciárias Municipais, Estaduais e Federais, assim como quaisquer outras pessoas e/ou entidades com as quais o DAYCOVAL mantenha convênio para oferta do CARTÃO com desconto na REMUNERAÇÃO e que seja empregador ou pagador de benefício previdenciário ao TITULAR.

ENCARGOS DE SAQUE: são os juros, tributos, despesas e encargos financeiros que o TITULAR pagará ao DAYCOVAL na realização de SAQUE, inclusive por meio de Telesaque e/ou transferência de recursos. Os ENCARGOS DE SAQUE do período e o percentual máximo que incidirá no mês seguinte serão informados na FATURA MENSAL, de forma a possibilitar que o TITULAR saiba, previamente à contratação da operação, os ônus financeiros que assumirá. O PORTADOR poderá obter este percentual através de ligação telefônica para a CENTRAL DE ATENDIMENTO.

ENCARGOS MORATÓRIOS: significam os juros remuneratórios indicados na FATURA, acrescido dos juros moratórios e multa conforme definido neste contrato.

ESTABELECIMENTO: pessoas físicas ou jurídicas, fornecedores de bens e/ou serviços, credenciados a aceitar o CARTÃO DO DAYCOVAL.

FATURA MENSAL ou FATURA: documento representativo da prestação de contas do DAYCOVAL ao TITULAR, onde são discriminados os débitos e créditos relativos às TRANSAÇÕES efetuadas.

PAGAMENTO MÍNIMO: valor constante no campo “Pagamento Mínimo” na FATURA, consignado junto a CONVENIADA na REMUNERAÇÃO do TITULAR e repassado ao DAYCOVAL para amortização do saldo devedor da FATURA.

PORTADOR: qualquer pessoa física, portadora do CARTÃO, incluindo o TITULAR e seu ADICIONAL.

PORTADOR ADICIONAL ou simplesmente ADICIONAL: pessoa física indicada pelo TITULAR para receber e utilizar um CARTÃO vinculado à sua conta-cartão.

REMUNERAÇÃO: salário, benefício, verbas trabalhistas (inclusive indenizatórias) que o TITULAR receba da CONVENIADA e que será objeto de consignação nos termos previstos neste contrato.

SALDO DEVEDOR REMANESCENTE: resultado do “Saldo Devedor” indicado na FATURA, após a subtração do valor efetivamente pago, seja por consignação do PAGAMENTO MÍNIMO e/ou pelo pagamento da ficha de compensação que acompanha a FATURA, sempre que não houver o pagamento total dos valores da FATURA. **SAQUE:** é um serviço facultativo que poderá ser prestado,

desde que permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios firmados entre o DAYCOVAL e as CONVENIADAS, sujeito a cobrança dos ENCARGOS DE SAQUE, desde a data em que for realizado, que resulta na imediata contratação de financiamento com a disponibilização pelo DAYCOVAL ao PORTADOR de moeda em espécie, a ser realizado em Caixas Eletrônicos conveniados à BANDEIRA, incluindo as transferências de recursos via Central de Atendimento do CARTÃO.

SENHA: sequência de números emitida pelo sistema do DAYCOVAL e entregue ao PORTADOR que representa sua assinatura eletrônica na realização de qualquer TRANSAÇÃO, sendo esta pessoal, intransferível e sigilosa. SISTEMA DE CARTÕES ou simplesmente SISTEMA significa o conjunto de pessoas (DAYCOVAL, Processadora, CREDENCIADORA, BANDEIRA, TITULAR, ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, ETC), procedimentos, contratos, normas e tecnologia operacional, necessários à prestação de serviços de administração dos CARTÕES;

TERMO DE ADESÃO: significa o documento vinculado a este contrato, assinado pelo PORTADOR, com a indicação da data de vencimento da FATURA e manifestação de sua concordância com os termos e condições do presente contrato.

TITULAR: titular do CARTÃO que mantenha vínculo jurídico com a CONVENIADA.

TRANSAÇÃO: toda e qualquer compra, saque ou outra operação realizada com o CARTÃO, desde que permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios firmados entre o DAYCOVAL e as CONVENIADAS, ou prestação de serviço que gere uma movimentação financeira efetuada com o CARTÃO.

CLÁUSULA 2ª – DO CARTÃO

2.1. O CARTÃO é destinado ao TITULAR, vinculado à CONVENIADA, que tenha o seu crédito previamente aprovado pelo DAYCOVAL e atenda as condições previstas no convênio celebrado entre a CONVENIADA e o DAYCOVAL.

CLÁUSULA 3ª - FORMAS DE ADESÃO

3.1. A adesão do TITULAR a este contrato ocorrerá a partir do primeiro de qualquer um dos seguintes eventos:

(i) assinatura de próprio punho ou assinatura eletrônica do TERMO DE ADESÃO;

(ii) desbloqueio do CARTÃO na CENTRAL DE ATENDIMENTO;

(iii) assinatura do recibo de entrega do CARTÃO;

(iv) utilização do CARTÃO para TRANSAÇÕES junto aos ESTABELECIMENTOS; ou

(v) pagamento da FATURA do CARTÃO.

CLÁUSULA 4ª - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DAYCOVAL

4.1. O SISTEMA compreende CARTÃO exclusivamente de crédito, de utilização nacional e/ou internacional quando habilitada esta funcionalidade, de emissão e propriedade do DAYCOVAL.

4.2. O CARTÃO contem no mínimo o nome do

PORTADOR, número composto por 16 (dezesseis) algarismos, data de validade, painel de assinatura, holograma de segurança, logomarca do DAYCOVAL e da BANDEIRA, faixa reservada para assinatura ou CHIP (conforme o caso) e tarja magnética.

4.3. O CARTÃO é de uso pessoal e intransferível e destina-se à aquisição de bens e/ou serviços nos ESTABELECIMENTOS dentro dos limites e do prazo de validade do CARTÃO.

4.4. O CARTÃO será entregue ao PORTADOR bloqueado para qualquer utilização.

CLÁUSULA 5ª - USO DO CARTÃO

5.1. O TITULAR é responsável pela correta e adequada utilização do CARTÃO, sendo este de propriedade do DAYCOVAL e deverá ser devolvido ao DAYCOVAL quando solicitado.

5.1.1. Obrigações especiais do TITULAR e/ou PORTADOR/ADICIONAL:

(a) ler atentamente as instruções e o contrato enviado juntamente com seu CARTÃO

(b) ter plena ciência e concordar com os termos deste contrato, antes de assinar o TERMO DE ADESÃO;

(c) conferir os dados do CARTÃO e assinar no local indicado, no ato de seu recebimento;

(d) manter o CARTÃO em boa guarda, conservando-o em segurança, na qualidade de depositário;

(e) assumir total responsabilidade pelo uso de sua SENHA individual, confidencial e privativa;

(f) manter o DAYCOVAL informado sobre alterações de endereço e demais dados cadastrais;

(h) não usar CARTÃO vencido, cancelado, bloqueado ou cujo uso esteja suspenso, sem prejuízo da obrigação de liquidar o débito existente e restituí-lo, quando for o caso;

(i) não exceder o LIMITE DE CRÉDITO que lhe foi atribuído;

(j) consultar seu saldo devedor por telefone ou sistema eletrônico, caso não receba a FATURA com antecedência de 02(dois) dias de seu vencimento;

(k) pagar as importâncias, até a data de vencimento, através da FATURA ou por outros meios admitidos pelo DAYCOVAL, ainda que não esteja de posse ou não tenha recebido a FATURA em tempo hábil; e

(l) usar o CARTÃO unicamente para efetuar TRANSAÇÕES, sendo vedado seu uso para o pagamento de dívida de jogos de azar, bem como para a obtenção de recursos financeiros ou qualquer outra finalidade vedada em lei ou que configure crime e/ou contravenção penal;

(m) após o recebimento do CARTÃO efetuar o desbloqueio do mesmo antes da 1º utilização.

5.2. O CARTÃO será apresentado aos ESTABELECIMENTOS pelo PORTADOR, que assinará os COMPROVANTES DE VENDA ou digitará a SENHA para efetuar as TRANSAÇÕES, recebendo 01 (uma) das vias.

5.2.1. O PORTADOR poderá utilizar o CARTÃO como meio de pagamento para aquisição de bens e/ou serviços, para PAGAMENTO DE CONTAS e SAQUES, conforme permitido por lei, observado o LIMITE DE CRÉDITO

CC 11.301 - SET/2013

constante da FATURA e que esteja efetivamente disponível na data da TRANSAÇÃO.

5.2.3. As TRANSAÇÕES com o CARTÃO estão sujeitas à prévia aprovação do DAYCOVAL, a qual será solicitada pelo ESTABELECIMENTO, podendo o DAYCOVAL negar autorização para determinadas TRANSAÇÕES e/ou bloquear ou cancelar o CARTÃO, com base na situação da conta do TITULAR ou caso tenha sido excedido o LIMITE DE CRÉDITO ou ainda nas demais hipóteses previstas neste contrato.

5.3. Caberá ao PORTADOR verificar a veracidade dos dados lançados no COMPROVANTE DE VENDA pelo ESTABELECIMENTO, sendo certo que a aposição da assinatura nesse documento e/ou a digitação da SENHA e/ou fornecimento dos dados do CARTÃO em TRANSAÇÕES de assinatura em arquivo caracteriza sua inequívoca manifestação de vontade e concordância com as TRANSAÇÕES realizadas, obrigando o TITULAR pelo pagamento das TRANSAÇÕES e por todos os encargos e responsabilidades delas decorrentes.

5.4. **Sistema de Assinatura em Arquivo:** O PORTADOR poderá adquirir bens e serviços nos ESTABELECIMENTOS, sem assinatura do comprovante de vendas ou apresentação do CARTÃO, através do telefone, internet ou pedidos de compras divulgados via Marketing Direto.

5.4.1. O PORTADOR tem ciência de que o uso da Internet e/ou canais de televendas para efetuar TRANSAÇÕES com o CARTÃO implica em riscos e que o DAYCOVAL não se responsabiliza pela qualidade, legitimidade e autenticidade dos serviços e/ou produtos adquiridos por estes canais, bem como pela reputação e idoneidade dos respectivos ESTABELECIMENTOS.

5.4.2. O PORTADOR obriga-se a utilizar computadores com antivírus, *firewall* e demais recursos de segurança compatíveis com o uso da Internet para TRANSAÇÕES seguras com o CARTÃO.

5.6. Saques: Os SAQUES e os telesaques com o CARTÃO na função crédito são concedidos sob forma de financiamento e sujeitos a cobrança de ENCARGOS DE SAQUE que serão calculados *pro rata die* a partir da data do SAQUE e/ou telesaque, até data de vencimento da FATURA, conforme valores e limites definidos previamente nas FATURAS.

5.7. O DAYCOVAL não se responsabiliza por eventual restrição imposta pelos ESTABELECIMENTOS ao uso do CARTÃO, nem pelo preço, qualidade e quantidade dos bens adquiridos ou serviços prestados, cabendo ao TITULAR pagar ao DAYCOVAL a despesa correspondente e resolver qualquer pendência diretamente com o ESTABELECIMENTO.

5.8. O PORTADOR deverá deixar de utilizar o CARTÃO imediatamente caso o TITULAR tenha, por qualquer motivo e a qualquer tempo, suspenso ou rescindido seu vínculo junto à CONVENIADA.

5.9. Na hipótese de desistência da TRANSAÇÃO entre o PORTADOR e o ESTABELECIMENTO, esta somente poderá ser estornada da FATURA mediante apresentação, ao

DAYCOVAL de carta de cancelamento emitida pelo ESTABELECIMENTO contendo, no mínimo, a razão social e número de CNPJ, data e valor da TRANSAÇÃO; número do CARTÃO e nome do PORTADOR.

5.10. É vedado ao PORTADOR utilizar o CARTÃO bem como fornecer sua numeração, senha ou código que o identifiquem como usuário de serviços do SISTEMA, para acessar jogos via Internet, ou mesmo cassinos, conforme legislação pertinente à matéria, tomando-se o TITULAR o único responsável por qualquer consequência que provier da utilização do CARTÃO por terceiros, não cabendo ao DAYCOVAL qualquer responsabilidade por eventuais prejuízos que possam ocorrer, devendo o TITULAR arcar com todos os ônus decorrentes, inclusive os que forem causados ao próprio DAYCOVAL, pelo uso indevido do CARTÃO.

5.11. Comunicação de Perda ou Roubo do CARTÃO: O PORTADOR deverá comunicar imediatamente à CENTRAL DE ATENDIMENTO do DAYCOVAL a perda, extravio, roubo, fraude ou furto do CARTÃO ou suspeita de que o mesmo esteja sendo utilizado por terceiros a qual informará ao PORTADOR o código de cancelamento do CARTÃO.

5.11.1. Até o comunicado de que trata a Cláusula 5.11 o TITULAR é civilmente responsável pelo uso do CARTÃO e das correspondentes TRANSAÇÕES, exonerando-se apenas após o comunicado.

5.11.2. Mediante solicitação do DAYCOVAL, O PORTADOR deverá ratificar a comunicação de que trata a Cláusula 5.11., por escrito e acompanhada de um Boletim de Ocorrência Policial.

5.12. PAGAMENTO DE CONTAS: Se esta funcionalidade estiver disponível para o CARTÃO, o PORTADOR poderá utilizá-la para pagar boletos e fichas de compensação mediante pagamento de tarifa ao DAYCOVAL.

5.12.1. O PAGAMENTO DE CONTAS deverá ser utilizado apenas para contas de natureza pessoal, não podendo ser utilizado para contas de terceiros ou de pessoas jurídicas. **Fica certo e ajustado que este serviço não poderá ser utilizado para pagamento de FATURAS do CARTÃO do PORTADOR e/ou de outros cartões emitidos pelas empresas pertencentes ao conglomerado do DAYCOVAL.**

5.13. Portadores Adicionais: O TITULAR tem ciência e expressamente concorda, de forma irrevogável e irretratável, que é o único responsável pela utilização e pelo pagamento de todas as TRANSAÇÕES realizadas pelos PORTADORES ADICIONAIS por ele indicados.

5.13.1. O LIMITE DE CRÉDITO é único para os CARTÕES do TITULAR e de seu(s) ADICIONAL(IS), sendo o TITULAR responsável por todas as TRANSAÇÕES de seu(s) ADICIONAL(IS), uma vez que o LIMITE DE CRÉDITO para o(s) ADICIONAL(IS) é compartilhado com o LIMITE DE CRÉDITO do TITULAR.

5.13.2. O DAYCOVAL reserva-se ao direito de definir as regras para aceitação do ADICIONAL indicado, sendo todas

as cláusulas e condições deste contrato aplicáveis no que couber ao ADICIONAL.

CLÁUSULA 6ª - LIMITE DE CRÉDITO

6.1. O LIMITE DE CRÉDITO atribuído pelo DAYCOVAL para o CARTÃO será definido com base na margem consignável disponível do TITULAR junto à CONVENIADA e comunicado ao TITULAR na entrega e/ou FATURA e/ou desbloqueio do CARTÃO e/ou pela CENTRAL DE ATENDIMENTO e/ou por correspondência, devendo suas alterações serem comunicadas através da FATURA MENSAL.

6.2. O DAYCOVAL poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou aumentar o LIMITE DE CRÉDITO, mediante comunicado ao TITULAR, podendo este aceitar ou não a alteração, mediante expressa manifestação, sendo que, eventual discordância poderá ensejar a rescisão do contrato.

6.2.1. O uso do CARTÃO após a comunicação de alteração do LIMITE DE CRÉDITO será considerado expressa concordância do TITULAR com o novo LIMITE DE CRÉDITO.

6.3. O TITULAR poderá, sempre que necessário, confirmar o seu LIMITE DE CRÉDITO disponível por meio de consulta à CENTRAL DE ATENDIMENTO do DAYCOVAL.

6.4. Os valores das TRANSAÇÕES realizadas comprometem o LIMITE DE CRÉDITO do CARTÃO. Este limite será restabelecido no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas após o efetivo pagamento da FATURA e no exato valor pago. Da mesma forma o LIMITE DE CRÉDITO nas compras parceladas será restabelecido no valor de cada parcela quitada.

CLÁUSULA 7ª - COMPRAS PARCELADAS

7.1. O PORTADOR poderá, dentro do LIMITE DE CRÉDITO previamente fixado, efetuar transações na modalidade de crédito parcelado.

7.2. Nas compras de modalidade crédito parcelado, o PORTADOR deve obter as informações do tipo e condições de parcelamento disponíveis no ESTABELECIMENTO.

7.3. Parcelado Lojista: Se o PORTADOR optar pela modalidade crédito Parcelado Lojista, não haverá qualquer encargo de financiamento a ser cobrado do PORTADOR pelo DAYCOVAL. O financiamento, neste caso, será suportado pelo ESTABELECIMENTO.

7.4. Parcelado DAYCOVAL: Se o PORTADOR optar pela modalidade crédito Parcelado pelo DAYCOVAL, o valor de cada parcela será acrescido de taxas de financiamento cobradas pelo DAYCOVAL à época, devendo o PORTADOR informar-se previamente junto à CENTRAL DE ATENDIMENTO sobre as taxas de financiamento e demais condições aplicáveis.

7.5. Vencimento Antecipado das Parcelas: O atraso no pagamento de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado das demais parcelas, reservando-se ao DAYCOVAL o direito de cobrar, a qualquer momento e de uma só vez, o valor total do débito.

CLÁUSULA 8ª - TARIFAS DE SERVIÇOS

8.1. As tarifas de serviços e/ou anuidade, serão cobradas de acordo com os termos da legislação regulamentadora e/ou

convênio celebrado entre o DAYCOVAL e as CONVENIADAS.

8.2. É facultado ao DAYCOVAL a seu exclusivo critério e de acordo com sua política interna deixar de cobrar, reduzir ou aumentar o valor das tarifas do CARTÃO. No caso de aumento do valor de alguma tarifa vinculada ao CARTÃO a cobrança ocorrerá depois de decorridos 30(trinta) dias da veiculação da mesma na tabela de tarifas do DAYCOVAL, no SITE e na CENTRAL DE ATENDIMENTO.

8.3. O TITULAR pagará ao DAYCOVAL, conforme Tabela de Tarifas disponível nas agências do DAYCOVAL, no SITE e na CENTRAL DE ATENDIMENTO, em vigor na data da prestação dos serviços, as seguintes tarifas:

(i) tarifa pela emissão do CARTÃO;

(ii) tarifa pela emissão de 2ª via do CARTÃO, exceto para os casos de alteração de senha, falsificação e vencimento do CARTÃO;

(iii) tarifa de fornecimento emergencial de 2ª. via do CARTÃO, solicitada pelo TITULAR e/ou pelo ADICIONAL, desde que não vedada pela legislação regulamentadora e/ou convênios celebrado entre o DAYCOVAL e as CONVENIADAS; (iv) tarifa pelas TRANSAÇÕES de PAGAMENTO DE CONTAS;

(v) tarifa de utilização de canais de atendimento para SAQUES, desde que a funcionalidade esteja habilitada e/ou que não haja vedação na legislação regulamentadora e/ou convênios celebrado entre o DAYCOVAL e as CONVENIADAS;

(vi) tarifa por avaliação emergencial de crédito, devidamente solicitada pelo TITULAR, desde que não haja vedação na legislação regulamentadora e/ou convênios celebrado entre o DAYCOVAL e as CONVENIADAS; e

(vii) outras tarifas não vedadas e que não contrariem os termos do convênio celebrado entre o DAYCOVAL e as CONVENIADAS.

CLÁUSULA 9ª – PAGAMENTO DA FATURA

9.1. Mensalmente o DAYCOVAL remeterá para o endereço indicado pelo TITULAR, a FATURA para conferência das TRANSAÇÕES efetuadas no período, do saldo devedor e do valor a ser consignado, que estará indicado no campo PAGAMENTO MÍNIMO. A data de vencimento da FATURA será a data de pagamento da REMUNERAÇÃO do TITULAR pela CONVENIADA.

9.1.1. O TITULAR poderá utilizar a FATURA para pagamento parcial ou total do SALDO DEVEDOR REMANESCENTE.

9.2. O DAYCOVAL, de acordo com as normas vigentes, aceitará, para fins de adimplência, o pagamento do valor mínimo indicado na FATURA que será consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR junto a CONVENIADA, devendo o valor remanescente não quitado ser financiado pelo DAYCOVAL, nos termos da cláusula 11ª adiante.

9.3. Se o valor consignado for inferior ao total da FATURA o TITULAR poderá efetuar o pagamento do saldo devedor remanescente da FATURA em parte ou total, por meio da ficha de compensação encaminhada com a FATURA, na rede bancária.

9.4. Caso não seja possível, por qualquer motivo, a consignação em folha a favor do DAYCOVAL, o TITULAR deverá providenciar o pagamento de valor igual ou superior ao mínimo estipulado na FATURA, por meio da ficha de compensação encaminhada com a mesma.

9.5. Sobre o saldo devedor da FATURA não consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR incidirão os encargos moratórios previstos na cláusula 13ª adiante, da data do vencimento da FATURA até a data da sua efetiva quitação junto ao DAYCOVAL.

9.6. Caso o TITULAR não tenha recebido a FATURA até a data de seu vencimento, é de sua exclusiva responsabilidade obter o valor das despesas e instruções para pagamento por meio da CENTRAL DE ATENDIMENTO.

9.7. O DAYCOVAL poderá receber pagamentos em atraso, pagamentos parciais ou outros tipos de pagamentos, a crédito de valores então devidos ou de um acordo de pagamentos. A aceitação desses pagamentos pelo DAYCOVAL não implica renúncia a direitos ou alteração deste contrato.

9.8 Ocorrendo inadimplência e/ou a impossibilidade do desconto em folha de pagamento do valor mínimo estipulado na FATURA, o DAYCOVAL está autorizado, em caráter irrevogável e irretratável por prazo indeterminado a debitar o valor devido na conta corrente do TITULAR descrita no Termo de Adesão e/ou em outra conta corrente de sua titularidade no Brasil, especialmente a conta que venha a ser disponibilizada por seu empregador.

CLÁUSULA 10ª – CARTÕES DE USO INTERNACIONAL

10.1. O DAYCOVAL poderá, e desde que permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios firmados com as CONVENIADAS, disponibilizar a funcionalidade do CARTÃO para uso internacional, o qual estará identificado com a expressão “internacional” no plástico.

10.2. A utilização internacional do CARTÃO destina-se a realização de despesas com viagens ao exterior, respeitando o limite de crédito informado na fatura mensal e as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

10.4. Não serão permitidas compras de bens que possam configurar investimento no exterior ou importação e que, como tal, estejam sujeitas a regulamentação específica.

10.5. Eventuais irregularidades detectadas no uso do CARTÃO, de TRANSAÇÕES com finalidade diversa das previstas neste Contrato e normas do Banco Central do Brasil, poderão ser objeto de comunicação à Secretaria da Receita Federal, através do Banco Central do Brasil, que também poderá adotar medidas cabíveis no âmbito de sua competência.

10.6. Configuradas as hipóteses previstas nas cláusulas anteriores, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis, o DAYCOVAL promoverá o imediato cancelamento do CARTÃO.

10.7. Na aquisição de bens e serviços realizados no exterior, o TITULAR pagará todos os tributos e taxas, incluindo variação cambial, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e quaisquer outros encargos incidentes sobre as operações de crédito, bem como sobre as transações

internacionais, realizadas com o CARTÃO, conforme a legislação em vigor.

10.8. As transações internacionais serão faturadas pelo seu valor na moeda da aquisição convertido, obrigatoriamente, na data do processamento, para Dólares Americanos, e serão pagas em moeda nacional pelo valor apurado com base na taxa intermediária do mercado interbancário, utilizada para o fechamento dos contratos para remessa de dólares das compras realizadas em território internacional do dia de pagamento.

10.9. O saldo devedor em dólar será convertido, pelo DAYCOVAL, para a moeda corrente nacional, utilizando a taxa de conversão vigente no dia da emissão da fatura, devendo o TITULAR efetuar o pagamento desse saldo.

10.10. Após a data de vencimento da fatura, a dívida por esta representada será sempre considerada em moeda corrente nacional.

10.11. Na hipótese de ocorrer variação da taxa de conversão entre a data de emissão da fatura e a do seu respectivo pagamento, a diferença será ajustada (débito/crédito) na próxima fatura. O pagamento efetuado antes da data da emissão da fatura será considerado como amortização do saldo devedor em dólar, devendo, de qualquer forma, ser utilizada a taxa de conversão do dia da amortização. Neste caso, se ocorrer variação da taxa de conversão após a amortização, não serão efetuados ajustes.

CLÁUSULA 11ª – RECONHECIMENTO DE DÍVIDA - DIVERGÊNCIAS

11.1. Havendo qualquer dúvida em relação à FATURA MENSAL, o TITULAR deverá entrar imediatamente em contato com o DAYCOVAL, por meio da CENTRAL DE ATENDIMENTO, para que lhe sejam prestadas as informações necessárias e tomadas as providências cabíveis, se aplicável.

11.2. Sem prejuízo da exigibilidade da consignação do valor da FATURA junto a CONVENIADA, o TITULAR poderá contestar por escrito, qualquer lançamento à débito ou à crédito constante na FATURA nos 30 (trinta) dias seguintes ao vencimento da respectiva FATURA onde foi discriminado o lançamento alvo da contestação.

11.2.1. Na hipótese acima, o não exercício dessa faculdade implicará no reconhecimento pelo TITULAR da exatidão das TRANSAÇÕES e valores constantes na FATURA.

11.3. Para a contestação de TRANSAÇÕES pelo TITULAR, deverá ser apresentada contestação por escrito assinada pelo TITULAR, acompanhada de documentação pertinente e eventualmente pelo CARTÃO.

11.3.1. O TITULAR reconhece que a não apresentação da documentação requerida pelo DAYCOVAL poderá suspender o processo interno de análise da contestação.

11.4. CABE UNICAMENTE AO TITULAR PROMOVER, POR SUA CONTA E RISCO, QUAISQUER CANCELAMENTOS DE TRANSAÇÕES OU RECLAMAÇÕES CONTRA OS ESTABELECIMENTOS, INCLUSIVE EM RELAÇÃO À DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS, EM DECORRÊNCIA DE SEU DIREITO DE ARREPENDIMENTO E/OU POR

EVENTUAIS VÍCIOS E DEFEITOS.

11.5. Se o TITULAR e/ou ADICIONAL tiver(em) qualquer divergência com um ESTABELECIMENTO deverá ainda assim o TITULAR efetuar o pagamento total devido ao DAYCOVAL e solucionar a divergência diretamente com o ESTABELECIMENTO, conforme disposto na cláusula 9.7 acima.

11.6. O TITULAR tem ciência de que o estomo e cancelamento de TRANSAÇÕES dependerão de solicitação do ESTABELECIMENTO à BANDEIRA, conforme regras e procedimentos previstos no relacionamento entre a BANDEIRA e o SISTEMA.

CLÁUSULA 12ª - FINANCIAMENTO DO SALDO DEVEDOR

12.1. O TITULAR está ciente de que ao pagar, até a data de vencimento, qualquer valor entre o PAGAMENTO MÍNIMO informado e o total de sua FATURA, estará optando por financiar o saldo devedor remanescente, sujeito à incidência dos juros de financiamento e encargos indicados na FATURA.

O valor do financiamento corresponderá à diferença entre o saldo devedor indicado na FATURA e o valor consignado e/ou pago diretamente pelo TITULAR.

12.2. Ao ser exercida a opção de financiamento referida no item 12.1., o DAYCOVAL abrirá um crédito ao TITULAR, na modalidade de crédito rotativo ou em outra modalidade de crédito oferecido pelo DAYCOVAL, cujo valor não poderá exceder ao SALDO DEVEDOR REMANESCENTE.

12.3. O CET – Custo Efetivo Total das operações de crédito passíveis de contratação pelo PORTADOR através do CARTÃO será indicado na própria FATURA, na forma de percentual mensal e anual.

12.3.1. O cálculo do CET será composto por todos os juros, tributos, tarifas e outras despesas devidas, nos termos deste contrato, considerando o valor do LIMITE DE CRÉDITO, menos o valor do PAGAMENTO MÍNIMO de cada mês, de acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil.

12.4. O saldo devedor financiado será computado pelo DAYCOVAL como utilização do LIMITE DE CRÉDITO, que será recomposto proporcionalmente à quitação das FATURAS.

CLÁUSULA 13ª – ENCARGOS DE CRÉDITO ROTATIVO

13.1. Sobre o saldo devedor não pago ou pago em atraso, bem como o valor remanescente ao PAGAMENTO MÍNIMO consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR, incidirão os encargos indicados na FATURA para crédito rotativo.

13.2. Ocorrências de inadimplência do TITULAR por falta de consignação do PAGAMENTO MÍNIMO junto a CONVENIADA em virtude de falha no processamento da CONVENIADA ou de determinações judiciais, serão de sua exclusiva responsabilidade o pagamento das FATURAS pendentes por meio da ficha de compensação correspondente. Caso em qualquer mês não seja possível que a CONVENIADA consigne o PAGAMENTO MÍNIMO na REMUNERAÇÃO do TITULAR, o DAYCOVAL

5

junto à CONVENIADA;

(k) rescisão da parceria firmada pelo DAYCOVAL com a CONVENIADA;

(l) inadimplemento de qualquer outra obrigação assumida neste Contrato; ou

(m) na ocorrência de qualquer/quaisquer hipótese(s) de suspensão do CARTÃO.

(n) na ocorrência de perda total ou parcial da margem consignável junto a CONVENIADA;

15. BLOQUEIO, CANCELAMENTO, VENCIMENTO ANTECIPADO E SUBSTITUIÇÃO DO CARTÃO

15.1. O DAYCOVAL poderá, a seu exclusivo critério, sem prejuízo da aplicação das demais disposições contratuais, bloquear, cancelar ou suspender temporariamente o uso de qualquer CARTÃO, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

(a) atraso no pagamento ou descumprimento de qualquer obrigação prevista neste contrato;

(b) restrição de crédito em nome do TITULAR perante o SERASA, SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), CCF (Cadastro de Emitente de Cheques Sem Fundo) ou de qualquer outro órgão encarregado de cadastrar atraso em pagamento ou descumprimento de obrigação financeira;

(c) uso irregular do CARTÃO;

(d) caso não seja possível a consignação do PAGAMENTO MÍNIMO pela CONVENIADA;

15.2. SE HOUVER SUSPEITA OU INDÍCIO DE USO IRREGULAR DO CARTÃO, O DAYCOVAL CONFIRMARÁ COM O PORTADOR OS DADOS CADASTRAIS E/OU COMPORTAMENTAIS DE CONSUMO, PODENDO SUSPENDER, TEMPORARIAMENTE, O USO DO CARTÃO, ATÉ QUE AS AVERIGUAÇÕES SEJAM CONCLUÍDAS.

15.3 O DAYCOVAL cancelará o CARTÃO e exigirá de imediato o pagamento antecipado do total da dívida, mediante aviso ao TITULAR com antecedência mínima de 2 (dois) dias, se:

(a) o TITULAR descumprir qualquer das obrigações assumidas neste contrato, sofrer protesto de título ou tiver sua insolvência requerida;

(b) qualquer declaração prestada pelo TITULAR for falsa ou enganosa ou, ainda incorreta ou incompleta;

(c) o TITULAR descumprir qualquer obrigação assumida em outros contratos com o DAYCOVAL;

(d) se o DAYCOVAL constatar que as informações prestadas pelo TITULAR são inverídicas e/ou insuficientes; ou

(e) nos demais casos previstos em lei.

15.4. Considerando que o CARTÃO será emitido com alguns benefícios e isenções concedidos exclusivamente em virtude da consignação junto a CONVENIADA, o DAYCOVAL poderá, mediante comunicação inserida na FATURA e/ou por comunicação endereçada ao TITULAR, bloquear o CARTÃO para novas TRANSAÇÕES sempre que não for possível a consignação do PAGAMENTO MÍNIMO junto a CONVENIADA. O DAYCOVAL poderá, ainda, a seu

exclusivo critério, cancelar o CARTÃO, caso persista a impossibilidade de consignação de valores.

15.5. Substituição e Reposição do CARTÃO: O CARTÃO será válido pelo prazo gravado no plástico que o compõe. O DAYCOVAL poderá emitir um novo CARTÃO em substituição ou reposição por ocasião do término do prazo de validade do CARTÃO vigente e continuará a proceder dessa maneira até que a conta do TITULAR seja cancelada.

15.5.1. Caso o CARTÃO apresente algum problema de funcionamento, o DAYCOVAL deverá ser comunicado, a fim de que proceda a sua substituição.

16. VIGÊNCIA

16.1. Este contrato entrará em vigor no momento da aceitação, assinatura ou utilização do CARTÃO, o que ocorrer primeiro, e vigorará por prazo indeterminado, podendo, nos termos da Cláusula 17 abaixo, ser rescindido imotivadamente e a qualquer tempo por qualquer uma das partes.

17. RESILIÇÃO

17.1. A qualquer tempo poderá o TITULAR e/ou o DAYCOVAL resilir(em) o presente contrato comunicando a outra parte por escrito sobre a sua decisão. Nesta hipótese o TITULAR deverá devolver os CARTÕES ao DAYCOVAL, devidamente inutilizados, e permanecerá responsável pelos débitos remanescentes decorrentes deste contrato, que deverão ser pagos pelo TITULAR de uma só vez.

17.2. Se a resilição for proposta pelo TITULAR ou pela CONVENIADA , o TITULAR deverá proceder a liquidação do saldo devedor apurado pelo DAYCOVAL por meio da ficha de compensação encaminhada com a FATURA.

18. ALTERAÇÕES DO CONTRATO

18.1. O DAYCOVAL poderá alterar este contrato em decorrência de mudanças na legislação e/ou regulamentação aplicável, bem como para ampliar a utilidade do CARTÃO, agregar-lhe outros serviços, o que será formalizado mediante aditivo e/ou nova versão com registro em Cartório e comunicado ao TITULAR por correspondência e/ou mensagem na FATURA.

18.2. Fica assegurado ao TITULAR o direito de manifestar-se contrariamente as alterações e exercer seu direito de rescindir o presente contrato em até 30 (trinta) dias da referida mensagem. A utilização do CARTÃO pelo TITULAR e/ou pelo ADICIONAL após este período implicará na sua adesão e concordância com as alterações efetuadas.

18.3. Os comunicados de alteração no contrato indicarão: (i) a(s) data(s) em que essa(s) alteração(ões) entrará(ão) em vigor; (ii) a informação de que o TITULAR tem a faculdade de rescindir o contrato caso discorde das alterações; e; (iii) a advertência de que a continuidade do uso do CARTÃO pelo TITULAR e/ou ADICIONAL após a entrada em vigor das alterações será tida como aceitação integral acerca de seu conteúdo pelo TITULAR.

19. CESSÃO OU TRANSFERENCIA

19.1. O TITULAR concorda que o DAYCOVAL poderá a qualquer tempo, ceder sua posição contratual ou transferir os

direitos e garantias decorrentes deste contrato para suas afiliadas, controladoras, controladas ou para qualquer instituição financeira que integre o grupo de empresas do DAYCOVAL. A cessão ou transferência não alterará o teor do Contrato e o DAYCOVAL obriga-se a cientificar o TITULAR acerca da Cessão ou Transferência.

19.2. Caso o TITULAR discorde da cessão ou transferência, poderá rescindir este contrato entrando em contato com a CENTRAL DE ATENDIMENTO.

19.3. Se o TITULAR e/ou ADICIONAL usar(em) o CARTÃO após o recebimento da notificação da cessão ou transferência, esses atos serão considerados pelo DAYCOVAL como renúncia pelo TITULAR à faculdade prevista no item 19.2. acima.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS:

20.1. A tolerância ou transigência do DAYCOVAL não implicará novação, perdão, renúncia, alteração ou modificação do Contrato, sendo o evento ou omissão considerado, para todos os fins de direito, como mera liberalidade do DAYCOVAL, que transigiu, anuiu ou não exigiu o cumprimento da obrigação, não implicando, todavia, a renúncia do direito de exigir o cumprimento das obrigações aqui contidas, a qualquer tempo.

20.2. O TITULAR autoriza o DAYCOVAL a: (i) fornecer ao Banco Central do Brasil, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras e outros órgãos que a lei prever, qualquer informação relativa à TRANSAÇÕES que possam estar configuradas na Lei nº 9.613/98 e suas posteriores alterações – que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; (ii) em qualquer tempo, mesmo após o cancelamento do CARTÃO, bem como as sociedades pertencentes ao conglomerado do DAYCOVAL a: (a) trocar entre si informações suas constantes de seus cadastros; (b) fornecer ao Banco Central do Brasil, para integrar o Sistema de Informações de Crédito – SCR, informações sobre o valor das dívidas a vencer e vencidas do TITULAR, as garantias prestadas; e; (c) consultar o Sistema de Informações de Crédito – SCR sobre eventuais informações constantes em sua base de dados a respeito do TITULAR.

20.2.1. O TITULAR declara estar ciente de que a consulta ao Sistema de Informações de Crédito – SCR depende de sua autorização prévia e que eventual consulta anterior, para fins desta contratação, contou com sua autorização, ainda que verbalmente.

20.2.2. O TITULAR poderá ter acesso, a qualquer tempo, aos seus dados no Sistema de Informações de Crédito – SCR, pelos meios colocados à disposição pelo Banco Central do Brasil.

Central de Atendimento: 3004 5300 Capitais e Regiões Metropolitanas 0800 721 5300 Demais Localidades Todos os dias, 24 horas, inclusive feriados. -SAC 0800 – 775 0500 Para sugestões, reclamações e cancelamento. Site: www.daycoval.com.br	Serviço de Atendimento ao Deficiente Auditivo e de Fala: 0800 – 880 1919 Todos os dias, 24 horas, inclusive feriados. Ouviodoria: 0800- 777 0900 De segunda a sexta feira, das 09h às 18h, exceto feriados.
---	--

bloqueará o CARTÃO para novas TRANSAÇÕES, nos termos da cláusula 14.4. adiante, sem prejuízo da responsabilidade do TITULAR de efetuar o pagamento integral e pontual na data de vencimento constante na FATURA.

14. PENALIDADES

14.1. Caso não seja possível, em qualquer mês, a consignação do PAGAMENTO MÍNIMO pela CONVENIADA e o TITULAR não o efetue através da ficha de compensação que acompanha a FATURA, o TITULAR estará em mora pelo atraso ou falta de pagamento, estando sujeito as seguintes penalidades, calculadas desde a data do vencimento da FATURA até a data do efetivo pagamento:

(i) juros de financiamento (crédito rotativo) indicados na FATURA;

(ii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês;

(iii) multa de 2% (dois por cento) calculada sobre os valores devidos e não pagos;

14.2. O recebimento do valor principal pelo DAYCOVAL não significará a quitação dos encargos previstos neste contrato ou nas operações de crédito incidentes.

14.3. O atraso no pagamento de qualquer valor devido em relação a este contrato, bem como o descumprimento de suas demais disposições, facultará ao DAYCOVAL efetuar, a seu exclusivo critério, o bloqueio e/ou cancelamento automático do CARTÃO, permanecendo o TITULAR responsável pelo pagamento das TRANSAÇÕES e respectivos valores não pagos até a data do cancelamento.

14.4. O TITULAR fica ciente desde já que além do bloqueio/cancelamento do CARTÃO, o atraso no pagamento de qualquer valor devido em relação a este contrato, acarretará na inclusão de seu nome nos cadastros do SPC – Serviço de Proteção ao Crédito, SERASA e demais órgãos de proteção ao crédito.

14.5. A utilização do CARTÃO será interrompida antes do prazo de validade nas seguintes hipóteses:

(a) rescisão do presente contrato por qualquer das partes;

(b) solicitação de cancelamento do CARTÃO pelo TITULAR;

(c) comunicação de perda, roubo, furto ou extravio ao DAYCOVAL;

(d) cancelamento do CARTÃO pelo DAYCOVAL, com prévia comunicação ao TITULAR;

(e) cancelamento do CARTÃO pelo DAYCOVAL por exigência judicial ou do Banco Central do Brasil, por utilização ilícita ou em desacordo com as normas vigentes;

(f) atraso no pagamento da FATURA MENSAL;

(g) falecimento do TITULAR;

(h) alteração de endereço cadastral sem notificação ao DAYCOVAL;

(i) bloqueio preventivo pelo DAYCOVAL caso as TRANSAÇÕES efetuadas sejam incompatíveis com o perfil de uso do PORTADOR;

(j) suspensão e/ou cancelamento do benefício e/ou rescisão do vínculo (relação de emprego) do TITULAR

6

20.2.3. Caso haja divergência nos dados do Sistema de Informações de Crédito – SCR informados pelo DAYCOVAL ou pelas sociedades pertencentes ao conglomerado do DAYCOVAL, o TITULAR poderá pedir a sua correção, exclusão ou registro de anotação complementar, mediante solicitação escrita e devidamente fundamentada ao DAYCOVAL.

20.3. O TITULAR autoriza o DAYCOVAL a contatá-lo por qualquer meio, inclusive telefônico, e-mail, SMS e correspondência, para divulgar produtos e serviços do conglomerado. Fica facultado ao TITULAR proceder o cancelamento desta autorização a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito ao DAYCOVAL.

20.4. Por meio da CENTRAL DE ATENDIMENTO, o DAYCOVAL prestará informações e tomará as devidas providências a fim de solucionar eventuais discrepâncias, prestar informações e esclarecer dúvidas relacionadas ao CARTÃO.

20.5. Este contrato obriga as partes, seus herdeiros e sucessores, sendo sempre aplicável a legislação bancária brasileira, as normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e de naquilo que couber pelo Código Civil.

20.6. O TITULAR autoriza o DAYCOVAL, a seu exclusivo critério, proceder à compensação da dívida ou saldo devedor oriundos das FATURAS não pagas com quaisquer valores mantidos por este junto ao próprio DAYCOVAL e também em outras instituições financeiras, de modo a liquidar e/ou amortizar as obrigações inadimplidas junto ao DAYCOVAL decorrentes do uso do CARTÃO.

20.7. O TITULAR reconhece de forma irrevogável e irretratável que este contrato e suas respectivas FATURAS constituem título executivo para todos os fins e efeitos de direito, sendo passíveis de processo de execução, nos termos do art. 585 do Código de Processo Civil.

21. FORO
21. As partes elegem o foro da capital do Estado de São Paulo como o competente para dirimir quaisquer questões resultantes deste Contrato.

São Paulo, 22 de Julho de 2013.
<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div></div></div>
BANCO DAYCOVAL S.A.

Este contrato foi registrado sob nº 2.021.879 no 10º Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica da cidade de São Paulo – SP, em 07/08/2013.

SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE SAQUE VIA **CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO**

DADOS DO TITULAR		
CPF:	Nome:	Nº Cartão/Proposta
096.940.481-68	Ubanildo Farias de Aguiar	296920
Empregador:		Matrícula:
INSS		182045900

DADOS BANCÁRIOS			
Nome do Banco:	Nº do Banco	Nº Agência	Conta-Corrente
BRB Banco do Brasil S.A.	0070	0043	043121343-7

Autorizo o BANCO DAYCOVAL S/A, em caráter irrevogável e irretratável a transferir o valor abaixo indicado, referente a parte do limite de crédito do meu **Cartão Consignado Daycoval**, para a Conta Bancária da minha titularidade acima indicada.

Declaro: (a) ter recebido a Planilha Demonstrativa do Custo Efetivo Total (CET), previamente à assinatura desta autorização, com o valor estimado do saque; (b) que recebi e concordei com todas as informações e cálculos pertinentes ao CET, bem como dos fluxos considerados em seu cálculo, inclusive a taxa e percentual incidente, conforme condições vigentes na presente data; e (c) que o valor do saque será pago juntamente com as demais despesas da fatura de meu cartão de crédito ou financiado após a amortização do pagamento mínimo de minha fatura por meio de desconto em folha de pagamento.

Valor do Saque*: R\$ 973,00 (_____).

Taxa de Juros: 3,00 % a.m. Taxa de Juros: 43,28 % a.a. IOF Diário: 0,0082 % a.d. IOF Adicional: 0,38 %

Tarifa: R\$ 15,00 CET: 3,68 % a.m. CET: 54,24 % a.a.

(*) O valor do saque está condicionado ao limite de crédito disponível e/ou concedido, podendo o valor do saque ser inferior ao valor solicitado.

TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO

Declaro, para os devidos fins de direito, estar ciente de que o pagamento da fatura do cartão de crédito deve ocorrer em valor integral, constituindo o pagamento por consignação apenas o valor mínimo da fatura. O não pagamento integral da fatura do cartão de crédito gera encargos rotativos na ordem de _____, ao mês, incidentes sobre o valor não pago. Esse percentual é inferior ao cartão de crédito convencional.

Declaro ainda ciência de que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores.

Itaquetinga, 03 maio 2018
Local e Data:

X Ubanildo Farias de Aguiar

ASSINATURA PORTADOR TITULAR:

 ASSINATURA

Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor**
R\$ 3.357,13**Pagamento Mínimo**
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 126,17

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 3.230,96**Vencimento**
10/09/2018

LIMITES

Compras	R\$	3.400,00
Saque/Telesaque	R\$	3.400,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	3.374,32
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	126,17
(+) Despesas/Débitos	R\$	108,98
(=) Saldo Total Devedor	R\$	3.357,13

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	3.248,15
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	100,69
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	100,69

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,00	3,00
Saque/Telesaque	3,00	3,00
Parcelamento emissor	3,00	3,00

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	3,68	54,24
Saque/Telesaque	39,14	5165,21
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	96,92
R\$	0,00
R\$	4,2265
	20/09/2018

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
07/08/2018	UBANILDA F DE AZEVE - Cartão Final: 9011		
10/08/2018	IOF DIÁRIO ROTATIVO		8,29
21/08/2018	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-126,17
	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		100,69

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 99701.002307 89006.332103 7 00000000000000

Pagador: UBANILDA DE FERRAZ DE AZEVEDO - 096.940.481-68

QR 507 CONJUNTO 7 000004 SAMAMBAIA SUL SAMAM

72313-107 BRASILIA DF

Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90

Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200

Autenticação:

Nosso Número : 19/97010023089-5
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/09/2018
Valor do Documento : R\$ 3.357,13
Valor Pago :
Agência/Cod.Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 99701.002307 89006.332103 7 00000000000000

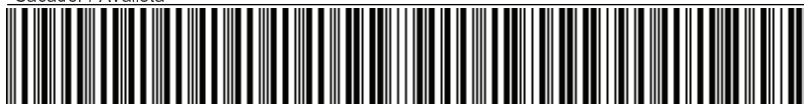
Local de pagamento						Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento						10/09/2018
Beneficiário						Agência / Código Beneficiário
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90						2374-4/000000063321-6
Data do Documento	Nº do documento	Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número	
22/08/2018	0	RECIBO	N	22/08/2018	19/97010023089-5	
Uso do Banco	CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor documento
	000	19	R\$			3.357,13
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.						(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)
						126,17
						(=) Saldo Devedor (após mínimo)
						3.230,96
						(-) Descontos / Deduções
						(+) Outros Acréscimos
						(=) Valor Cobrado

Pagador UBANILDA DE FERRAZ DE AZEVEDO
QR 507 CONJUNTO 7 000004 SAMAMBAIA SUL SAMAM
72313-107 BRASILIA DF

096.940.481-68

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



RES: OFÍCIO SEI​ N° 652/2022/DIRBEN-INSS - Processo nº 35014.298353/2022-89. (PARTE 7)

conveniosconsignado <conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br>

Dom, 31/07/2022 20:38

Para: STADM DIRBEN <stadm.dirben@inss.gov.br>

Cc: financeira.inss <financeira.inss@bancodaycoval.com.br>; Ouvidoria Daycoval <ouvidoria.daycoval@bancodaycoval.com.br>; Eliene Fatima Campoe Barbosa <eliene.barbosa@bancodaycoval.com.br>; Jonas Alves dos Santos Arrais <jonas.arrais@bancodaycoval.com.br>; Anilson Fieker Pedrozo <anilson.pedrozo@bancodaycoval.com.br>; Nilo Cavarzan <nilo@bancodaycoval.com.br>; Cristiano Sanchez de Oliveira <cristiano.sanchez@bancodaycoval.com.br>; Fernanda Costa <fernanda.costa@bancodaycoval.com.br>; implantacaooperacional <implantacaooperacional@bancodaycoval.com.br>; conveniosconsignado <conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br>

 11 anexos (4 MB)

ACÓRDÃO.pdf; COMPROVANTE TED - PRE SAQUE.pdf; COMPROVANTE TED - SAQUE COMPLEMENTAR.pdf; CONDIÇÕES GERAIS DO CARTÃO 2013 EM DIANTE.pdf; CONDIÇÕES GERAIS DO CARTÃO A PARTIR DE 2018 - VIGENTE.pdf; CONTRATO CARTÃO CONSIGNADO.pdf; DEFESA JUDICIAL.pdf; FATURA VENCIMENTO 10 09 2018.pdf; SENTENÇA.pdf; SOLICITAÇÃO SAQUE COMPLEMENTAR.pdf; GRAVAÇÃO.zip;

Boa noite.

Prezados.

Anexo está apresentação de defesa em relação a todas as manifestações, recomendações, reclamações, determinações judiciais e denúncias constantes nos autos do Processo SEI/INSS nº 35014.298353/2022-89, bem como em relação às demais condutas aqui mencionadas, que apontam indícios de conduta irregular por parte do BANCO DAYCOVAL S.A., bem como oportunizar à Instituição Financeira apresentar todo e qualquer meio de prova em contrário às irregularidades.

Todo o processo também realizado dentro do sistema SEI do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

APRESENTAÇÃO DOS CONTRATOS E DEMAIS DOCUMENTAÇÕES:

- UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO

Atenciosamente.



Equipe Convênios

Financeira Consignado – Convênios

conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br

Tel: (11) 3138-0666 / 3138-0832

Banco Daycoval S.A

www.daycoval.com.br

-----Mensagem original-----

De: INSS/Serviço Técnico Administrativo da DIRBEN <stadm.dirben@inss.gov.br>

Enviada em: sexta-feira, 22 de julho de 2022 14:36

Para: financeira.inss <financeira.inss@bancodaycoval.com.br>; conveniosconsignado

<conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br>; implatacaooperacional@bancodaycoval.com.br; Ouvidoria

Daycoval <ouvidoria.daycoval@bancodaycoval.com.br>

Assunto: OFÍCIO SEI Nº 652/2022/DIRBEN-INSS - Processo nº 35014.298353/2022-89.

Prezados,

Encaminhamos o OFÍCIO SEI Nº 652/2022/DIRBEN-INSS, Brasília, 22 de julho de 2022.

Por favor, acusar o recebimento.

Att.

Belchior dos Reis Jesuino

Serviço Técnico Administrativo/DIRBEN/INSS



07/12/2018

Número: **0707205-16.2018.8.07.0009**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito Almir Andrade de Freitas**

Última distribuição : **14/11/2018**

Valor da causa: **R\$ 18.579,00**

Relator: ALMIR ANDRADE DE FREITAS

Assuntos: **Antecipação de Tutela / Tutela Específica**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
BANCO DAYCOVAL S/A (RECORRENTE)	
	IGNEZ LUCIA SALDIVA TESSA (ADVOGADO)
UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO (RECORRIDO)	
	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO (ADVOGADO) CIRENE ESTRELA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6547234	05/12/2018 17:07	Acórdão	Acórdão

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

Órgão Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO
FEDERAL

Processo N. RECURSO INOMINADO 0707205-16.2018.8.07.0009

RECORRENTE(S) BANCO DAYCOVAL S/A

RECORRIDO(S) UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO

Relator Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS

Acórdão N° 1141698

EMENTA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. ALEGADA INTENÇÃO DE CONTRATAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE NÃO ATENDE AOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 28 DO INSS. NULIDADE DO CONTRATO. DEVER DE RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS DESCONTADAS. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

I. A relação estabelecida entre as partes guarda natureza consumerista e o contrato aludido na inicial caracteriza-se como contrato de adesão, considerado pela lei como aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo (CDC, art. 54).

II. A teor do disposto no art. 6º, incisos III e V, do CDC, são direitos básicos do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço.

III. No caso, apesar do nome conferido ao contrato (Termo de adesão as condições gerais de emissão e utilização do cartão de crédito consignado do Banco Daycoval – ID 6242148), trata-se de um negócio jurídico para outorga de crédito, como se depreende da forma de liberação do crédito, que se faz por meio de transferências eletrônicas - TEDs (IDs 6242149 e 6242150).



IV. Por se tratar de contrato de outorga de crédito, é assegurado ao consumidor o direito de ser informado prévia e adequadamente sobre: preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional (valor contratado); montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros; acréscimos legalmente previstos; número e periodicidade das prestações; soma total a pagar, com e sem financiamento, bem como a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos, consoante disposições contidas no art. 52 do CDC.

V. Semelhante disposição foi replicada na Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS que “estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de empréstimos e cartão de crédito, contraídos nos benefícios da Previdência Social”.

VI. Os artigos 21 e 21-A da referida instrução, estabelecem, dentre outras disposições que merecem destaque, que o contrato de cartão de crédito consignado firmado entre a instituição financeira e o beneficiário do INSS deve conter “o tipo de operação realizada (cartão de crédito, reserva de margem consignável), indicado de forma clara e objetiva, discriminando com clareza sua forma de pagamento” (VI, art. 21-A) e informações quanto “ao montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros” (“a”, VII, art. 21-A); “aos acréscimos legalmente previstos” (“b”, VII, art. 21-A); “ao número e periodicidade das prestações, incluindo seus termos inicial e final”; (“c”, VII, art. 21-A) e “à soma total a pagar, com e sem financiamento” (“d”, VII, art. 21-A), destacando, ainda, em seu parágrafo único que “da omissão de qualquer uma das informações disciplinadas nos incisos de I a VII do caput, a operação será considerada irregular e não autorizada, sendo motivo de exclusão da consignação”.

VII. Da leitura dos termos contratuais e das guias de solicitação de saque (ID 6242148, p; 2 e ID 6242151), embora estejam em destaque o valor solicitado, a taxa de juros, IOF, tarifa e custo efetivo total, não inclui informações quanto ao número e periodicidade das prestações, termo inicial e final, soma total a pagar, dentre outras.

Além disso, não restou demonstrado nos autos que a parte autora tenha utilizado o cartão para outras finalidades que não o saque realizado, ou que tenha recebido as faturas de cartão de crédito, o que impede o acompanhamento da evolução da dívida e que, apesar dos descontos efetuados mensalmente em seu benefício, não há significativo abatimento do valor devido, o que configura uma dívida excessivamente onerosa.

VIII. Diante do cenário apresentado, verifica-se que a instituição financeira não observou integralmente o dever de informação, deixando de inserir nos termos de contratação, dados especificados na Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS, impondo-se a declaração de nulidade do contrato e a restituição dos valores descontados.

IX. Contudo, a fim de evitar o enriquecimento sem causa do consumidor, deve ser feita a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora, o que pode ser obtido mediante simples cálculo no momento do cumprimento de sentença.

X. Por derradeiro, não há que se falar em dano moral indenizável, pois o consumidor manifestou vontade de contrair empréstimo consignado, de forma que seriam realizados descontos diretamente na sua fonte de pagamento. A abusividade reside na forma da contratação, que não foi suficientemente esclarecida, não tendo sido observadas com rigor as normas que disciplinam a espécie contratual. Em que pese a nulidade decorrente da inobservância do ordenamento jurídico para a contratação, não houve reflexo em direito de personalidade do consumidor, que se valeu do numerário que lhe foi disponibilizado.



XI. Recurso conhecido e provido em parte para determinar a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora e decotar da sentença guerreada a condenação a título de danos morais.

Custas recolhidas. Sem honorários ante o provimento recursal. **Oficie-se ao INSS, em atenção ao disposto no art. 52 da IN 28/INSS, bem como para que suspenda os descontos referentes a RMC no benefício da parte autora.**

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, ALMIR ANDRADE DE FREITAS - Relator, JOÃO LUIS FISCHER DIAS - 1º Vogal e ARNALDO CORRÊA SILVA - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS, em proferir a seguinte decisão: CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNANIME., de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 05 de Dezembro de 2018

Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS
Presidente e Relator

RELATÓRIO

Trata-se de recurso inominado interposto pela parte ré em face da sentença que julgou procedente em parte os pedidos formulados na inicial, determinando a suspensão dos descontos referentes a RMC diretamente no benefício da parte autora, condenando o banco requerido a pagar a parte autora, o valor de R\$8.579,00, a título de repetição de indébito e o valor de R\$3.000,00, a título de reparação por danos morais.

Em seu recurso o banco recorrente sustenta, em apertada síntese, que não houve falha no dever de informação, tendo a parte autora plena ciência dos termos da contratação. Defende que, na ausência de ilícito, não há que se falar em condenação ao pagamento de indenização por danos morais.

Contrarrazões apresentadas (ID 6242172).

É o relatório.



VOTOS

O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - Relator

Recurso próprio, tempestivo e com regular preparo (ID 6242163 e 6242165).

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso e, a partir do exame dos autos, devo lhe dar integral provimento.

De início, há que se destacar que a relação estabelecida entre as partes guarda natureza consumerista e o contrato aludido na inicial caracteriza-se como contrato de adesão, considerado pela lei como aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo (CDC, art. 54).

A teor do disposto no art. 6º, incisos III e V, do CDC, são direitos básicos do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço.

No caso, apesar do nome conferido ao contrato (Termo de adesão as condições gerais de emissão e utilização do cartão de crédito consignado do Banco Daycoval – ID 6242148), trata-se de um negócio jurídico para outorga de crédito, como se depreende da forma de liberação do crédito, que se faz por meio de transferências eletrônicas - TEDs (IDs 6242149 e 6242150).

Por se tratar de contrato de outorga de crédito, é assegurado ao consumidor o direito de ser informado prévia e adequadamente sobre: preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional (valor contratado); montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros; acréscimos legalmente previstos; número e periodicidade das prestações; soma total a pagar, com e sem financiamento, bem como a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos, consoante disposições contidas no art. 52 do CDC.

Semelhante disposição foi replicada na Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS que *“estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de empréstimos e cartão de crédito, contraídos nos benefícios da Previdência Social”*.

Os artigos 21 e 21-A da referida instrução, estabelecem, dentre outras disposições que merecem destaque, que o contrato de cartão de crédito consignado firmado entre a instituição financeira e o beneficiário do INSS deve conter “o tipo de operação realizada (cartão de crédito, reserva de margem consignável), indicado de forma clara e objetiva, discriminando com clareza sua forma de pagamento” (VI, art. 21-A) e informações quanto “ao montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros” (“a”, VII, art. 21-A); “aos acréscimos legalmente previstos” (“b”, VII, art. 21-A); “ao número e periodicidade das prestações, incluindo seus termos inicial e final”; (“c”, VII, art. 21-A) e “à soma total a



pagar, com e sem financiamento” (“d”, VII, art. 21-A), destacando, ainda, em seu parágrafo único que “**da omissão de qualquer uma das informações disciplinadas nos incisos de I a VII do caput, a operação será considerada irregular e não autorizada, sendo motivo de exclusão da consignação**”.

Da leitura dos termos contratuais e das guias de solicitação de saque (ID 6242148, p; 2 e ID 6242151), embora estejam em destaque o valor solicitado, a taxa de juros, IOF, tarifa e custo efetivo total, não inclui informações quanto ao número e periodicidade das prestações, termo inicial e final, soma total a pagar, dentre outras.

Além disso, não restou demonstrado nos autos que a parte autora tenha utilizado o cartão para outras finalidades que não o saque realizado, ou que tenha recebido as faturas de cartão de crédito, o que impede o acompanhamento da evolução da dívida e que, apesar dos descontos efetuados mensalmente em seu benefício, não há significativo abatimento do valor devido, o que configura uma dívida excessivamente onerosa.

Diante do cenário apresentado, verifica-se que a instituição financeira não observou integralmente o dever de informação, deixando de inserir nos termos de contratação, dados especificados na Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS, impondo-se a declaração de nulidade do contrato e a restituição dos valores descontados.

Contudo, a fim de evitar o enriquecimento sem causa do consumidor, deve ser feita a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora, o que pode ser obtido mediante simples cálculo no momento do cumprimento de sentença.

Por derradeiro, não há que se falar em dano moral indenizável, pois o consumidor manifestou vontade de contrair empréstimo consignado, de forma que seriam realizados descontos diretamente na sua fonte de pagamento. A abusividade reside na forma da contratação, que não foi suficientemente esclarecida, não tendo sido observadas com rigor as normas que disciplinam a espécie contratual. Em que pese a nulidade decorrente da inobservância do ordenamento jurídico para a contratação, não houve reflexo em direito de personalidade do consumidor, que se valeu do numerário que lhe foi disponibilizado.

Ante o exposto conheço o recurso interposto, dando-lhe provimento em parte para determinar a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora e decotar da sentença guerreada a condenação a título de danos morais. Custas recolhidas. S em honorários ante o provimento recursal.

Oficie-se ao INSS, em atenção ao disposto no art. 52 da IN 28/INSS, bem como para que suspenda os descontos referentes a RMC no benefício da parte autora.

É como voto.

O Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS - 1º Vogal



Com o relator
O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA - 2º Vogal
Com o relator

DECISÃO

CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNANIME.



15/10/2018

Número: **0707205-16.2018.8.07.0009**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **1º Juizado Especial Cível e Criminal de Samambaia**

Última distribuição : **03/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 18.579,00**

Assuntos: **Contratos Bancários, Indenização por Dano Moral, Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Empréstimo consignado, Capitalização e Previdência Privada, Antecipação de Tutela / Tutela Específica**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO (AUTOR)	
	CIRENE ESTRELA (ADVOGADO) DEBORAH RODRIGUES AFFONSO (ADVOGADO)
BANCO DAYCOVAL S/A (RÉU)	
	IGNEZ LUCIA SALDIVA TESSA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
23800978	10/10/2018 17:48	Sentença	Sentença



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

1JECICRSAM

1º Juizado Especial Cível e Criminal de Samambaia

Número do processo: 0707205-16.2018.8.07.0009

Classe judicial: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

AUTOR: UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO

RÉU: BANCO DAYCOVAL S/A

SENTENÇA

Dispensado o relatório, consoante previsão do art. 38, caput, da Lei nº 9.099/95.

DECIDO.

A matéria posta em deslinde subordina-se às normas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor, posto que a autora enquadra-se no conceito de consumidora, a ré caracteriza-se como fornecedora de serviços, de acordo com o artigo 3º e a relação jurídica estabelecida entre as partes tem por finalidade a prestação de serviços ao consumidor como destinatário final.

Alega a autora que em nenhum momento houve a intenção de contratação de cartão de crédito consignável, nem mesmo a informação pela ré a respeito da constituição da reserva de margem consignável (RMC), tendo em vista que tal modalidade de empréstimo nunca por ela foi solicitada. Aduz que não foi informada da contratação do referido cartão, seja por omissão ou mesmo má-fé da empresa, nunca houve sua contratação. Sustenta que ao verificar seu extrato de pagamento, constatou que a Ré, sem que houvesse qualquer solicitação de sua parte, implantou um empréstimo de Reserva de Margem para Cartão de Crédito Consignado, passando a partir de 15/10/2015 até a presente data o valor de R\$ 126,17 mensal, a título de RMC, os quais se dão de forma ilegal, tendo em vista que tal modalidade de empréstimo nunca foi solicitada ou sequer informada à parte requerente.. Pretende, ao final, que a ré se abstenha de debitar no seu contracheque valores referentes a Reserva de Margem de Crédito, determinar que a ré exiba cópia do contrato de empréstimo. Requer ainda a declaração de inexistência da contratação de empréstimo consignado da RMC (cartão de crédito, igualmente a Reserva de Margem Consignável (RMC), a suspensão dos descontos referentes a RMC, a restituição em dobro de R\$ 8.579,00 quantia esta indevidamente cobrada da parte autora a título de RMC ou ainda na hipótese de comprovação de contratação de cartão de crédito consignado (RMC) seja declarada a sua nulidade e indenização pelos danos morais.

A ré, por sua vez, esclarece que conforme expresso no contrato, as cláusulas são claras acerca da contratação realizada CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, bem como utilização da margem consignável. Destaca que acerca dos produtos, por se tratar de um CARTÃO de crédito consignado, a Ré realiza o desconto mínimo em folha, ficando a cargo de a parte Autora realizar o pagamento do restante

da fatura. Contudo, no caso dos autos, conforme se verifica pelos documentos anexos a inicial ocorreu apenas a reserva de margem, não houve qualquer desconto no benefício da autora no valor pleiteado. Pugna pela improcedência dos pleitos autorais.

O cerne da questão a ser dirimida consiste em saber se houve vício de consentimento no momento da adesão do contrato e falha no dever de informação quanto ao cartão de crédito emitido em favor da consumidora.

Com efeito, a legislação consumerista equiparou a publicidade à oferta, disciplinando que uma vez veiculada a comunicação publicitária, o fornecedor a ela se vincula, segundo a disciplina do art. 30, da Lei nº 8.078/90. Assim, toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

Na espécie, o descumprimento da oferta restou demonstrado pela autora nos termos do artigo 373, I do CPC.

No caso, a parte autora comprova que, ao contrário do alegado pela ré, foram efetuados descontos pertinentes a Reserva de Margem Consignável (RMC) pertinente ao cartão de crédito, embora não tivesse feito uso de qualquer limite vinculado ao cartão.

Destaque-se ainda que a autora sequer utilizou o cartão para fazer compras.

As faturas anexadas pela ré (ID 23102327) demonstram que não houve nenhuma transação efetivada pelo cartão disponibilizado à autora.

Conclui-se, portanto, conforme faturas anexadas pela ré, que a consumidora não utilizou o cartão de crédito em qualquer modalidade, seja saque ou compras de modo que os descontos da margem consignável da autora a título de abatimento pelo uso do cartão não se justificam.

Nota-se que desconto pertinente ao empréstimo no importe de R\$ 126,17, conforme parcela pactuada em contrato, tem sido regularmente lançado no contracheque da autora. Logo, o desconto da margem consignável (RMC) não se reveste de legitimidade a título de abatimento de empréstimo contraído pela consumidora.

A documentação anexada pela autora prova os descontos a título de margem consignável (RMC) no período de outubro de 2015 a agosto de 2018.

Assim, merece guarida os pleitos autorais para que a ré suspenda os descontos referentes a RMC diretamente no benefício da autora, bem como restituía os valores pertinente a RMC.

Na situação em análise, verifica-se que os requisitos para a incidência do artigo 42, parágrafo único do Código do Consumidor, porquanto de forma indevida, foram debitados do benefício da requerente reserva de margem consignável de um cartão sem qualquer movimentação.

Portanto, comprovados os descontos indevidos e não sendo a hipótese de engano justificável, legítima se mostra a devolução em dobro dos valores pagos pelo autor, o que corresponde a R\$ 8.579,00, referente a trinta e quatro meses de descontos.

Lado outro, embora ilegítimo o desconto do RMC, considero que não há nada nos autos que demonstre que houve defeito de informação que justifique o reconhecimento de prática abusiva pela requerida quanto ao desconto da parcela de empréstimo no importe de R\$ 126,17.

Isto porque o contrato aderido pela autora prevê o desconto em sessenta parcelas.

Demais disso, o valor foi disponibilizado à autora, o que implica dizer que o contrato de consignação celebrado entre as partes foi perfeito e acabado, ocasião em que acertaram sobre os termos, o preço e a coisa. Tem, portanto, força vinculante. Nesse ponto não há o que se falar em nulidade do contrato.

Quanto ao pleito de danos morais, restaram configurados.

Na situação em análise, considero que o desconto indevido de parte do salário caracteriza abalo aos direitos de personalidade, porquanto a requerente foi privada da utilização da quantia para sua manutenção.

Indubitável que o desconto em salário de forma errática e repetitiva produz danos ao consumidor, posto que atinge a integridade dos salários, cuja retenção indevida é fato grave. O consumidor, na condição de assalariado depende da regularidade e irredutibilidade do seu salário, sendo esta uma regra sagrada, protegida pela Constituição Federal.

Inexistindo critério objetivo para fixação dos danos morais, uma vez que é impossível a valoração da dor ou da mágoa sofrida pela parte, cabe ao Juiz arbitrar o valor da indenização observando-se determinados critérios, tais como: a condição pessoal da vítima; a capacidade econômica do ofensor; a natureza ou extensão do dano causado, devendo evitar o enriquecimento sem causa e analisar os aspectos pedagógico-punitivo da condenação. Ressalte-se que o nome do autor não foi inscrito nos órgãos de proteção ao crédito.

Assim, observado estes parâmetros considero como justa e razoável a quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de dano moral, valor suficiente para compensar o autor de todos os percalços sofridos e incentivar o réu a agir de forma mais diligente e zelosa na prestação dos serviços.

CONCLUSÃO.

Diante do exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos os pedidos deduzidos na petição inicial para:

- a) **SUSPENDER** os descontos referentes a RMC diretamente no benefício da autora.
- b) **CONDENAR** o banco BMG S.A ao pagamento, a título de repetição de indébito, da quantia de **R\$ 8.579,00 (oito mil, quinhentos e setenta e nove reais)**, corrigida monetariamente e acrescida de juros de 1% a partir dos descontos indevidos.
- c) **CONDENAR** o banco BMG S.A ao pagamento da quantia de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)** a título de reparação por danos morais, devendo incidir sobre este valor correção monetária a partir e juros de mora de 1% ao mês a partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ).

Por conseguinte, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Oficie-se ao INSS para suspensão dos descontos a título de RMC do benefício da autora.

Sem custas e sem honorários advocatícios, conforme determinação do artigo 55, "caput", da Lei nº 9.099/95.

Sentença registrada. Publique-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se os autos.

Samambaia/DF, 10 de outubro de 2018 14:13:32.

LILIA SIMONE RODRIGUES DA COSTA VIEIRA

Juíza de Direito

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª JUIZADO
ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAMAMBAIA - DFT**

Autos nº 0707205-16.2018.8.07.0009

Parte Autora: UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO

BANCO DAYCOVAL S/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1793, Cerqueira César, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 62.232.889/0001-90, com endereço eletrônico www.daycoval.com.br, por seu advogado que esta subscreve, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos autos do feito em epígrafe, apresentar sua

**CONTESTAÇÃO
COM PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE COMPENSAÇÃO**

pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

Tendo em vista o disposto nos Arts. 334 e 335 do NCPC, o Réu informa que **NÃO POSSUI INTERESSE** na realização de audiência de conciliação.

I. SÍNTESE DA DEMANDA

Sem ao menos informar o valor tomado em empréstimo ou sequer mencionar o número de parcelas, a Parte Autora alega que teria contratado crédito consignado, mas ao invés disso fora surpreendida com a existência de cartão de crédito consignado.

Ou seja, alega genericamente divergência na modalidade da contratação e que a cobrança em questão seria ilegítima, razão pela qual requer indenização por danos morais, cancelamento do débito, readequação do contrato e repetição de valores eventualmente cobrados.

Em síntese, a lide.

II. DA CLARA E EVIDENTE CONTRATAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

A parte Autora falta com a verdade quando alega ter contratado modalidade de crédito distinta daquela desejada ou ofertada. Tanto é verdade que a própria Autora solicitou o desbloqueio do cartão conforme gravação cujo link de acesso ao áudio, segue abaixo:

<https://drive.google.com/open?id=1rIV9YSOjMh7pHnxM0Pf-UMJjG57-yWbQ>

O contrato é absolutamente **claro, textual e ostensivo** ao indicar expressamente se tratar de operação de “**CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO**”.

Banco Daycoval **TERMO DE ADESÃO AS CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL**

CONTRATO Nº 52-0034760/15_01

Correspondente no País

Código/Nome: 011659/IFP-TAGUATINGA	CNPJ: 02.759.908/0046-00	Telefone:
Agente: SUELY ROSANA OLIVIA	CPF: 666.082.791-91	
CEP: 72015901	Endereço: CSB 02 LOTES 01 A 04	Nº:
Complemento: SALA 111	Bairro: TAGUATINGA SUL	Cidade: TAGUATINGA
UF:		
Benefício Vinculado ao Cartão: INSS(X)	Outros Órgãos Públicos()	Empresas Privadas()
Dados Titular: CPF: 096.940.481-68 Nome: UBANILDA DE FERRAZ DE AZEVEDO		
Nacionalidade: Brasileira	Data Nascimento: 11/03/1952	Sexo: Feminino
Estado Civil: Solteiro	Identidade(RG): 850648	Data Emissão / Órgão Expeditor - UF: 13/12/2013 / SSP - DF
Nome da Mãe: FRANCISCA LUZIA DE AZEVEDO		E-mail:
CEP: 72313107	Endereço Residencial(Rua, Avenida, etc...): QR 507 CONJUNTO 7	Nº: 4
Complemento:	Bairro: SAMAMBAIA SUL SAMAM	Cidade: BRASILIA
UF: DF		
Tel.(DDD e Nº): 61-33596744	Tel.Celular(DDD,Nº): 61-33596744	Portador Adicional(exceto INSS) (X)Não ()Sim - Formulário Anexo.
DADOS DOS BENEFÍCIO/SALÁRIO DO TITULAR		
Nome da Entidade/Empresa Averbadora: INSS	Número do benefício / Matrícula / Registro: 1282045900	Margem(%): 5.00
Endereço(Rua/Av., nº, Bairro, Cidade/UF): SAUS QUADRA 4 BLOCO N,0,ASA SUL,BRASILIA/DF	Renda(R\$): 2.110.80	Data Admissão: 01/01/2000
Telefone(DDD/Nº): 61-33596744		
Nome do Banco Pagador: BRB BANCO DE BRASILIA S.A.	Nº do Banco: 0070	Nº Agencia: 00043
Conta-corrente: 043121343-7	Dia do Pagamento	

No contrato há previsão expressa quanto **Reserva de Margem consignável**:

ADESÃO	
<p>1. Condições Gerais: Declaro que recebi e li previamente as Condições Gerais de Emissão e Utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval para Trabalhadores de Empresas Privadas, Servidores Públicos Ativos e Inativos e/ou Aposentados e Pensionistas do INSS ("Condições Gerais"), registradas em 07/08/2013 no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo/SP sob nº 2.021.879, inexistindo dúvidas sobre suas cláusulas, direitos e obrigações.</p>	
<p>2. Autorização para Reserva de Margem Consignável: Autorizo o Banco Daycoval S/A, neste ato, de forma irrevogável e irretroatável, a constituir reserva de margem consignável de até <u>5% (cinco)</u> de minha remuneração, por tempo indeterminado, nos termos da legislação e convênio aplicáveis e do disposto no art. 6º da Lei 10.820/03 e no inciso VI do artigo 154 do Decreto 3048/99 para cartões emitidos a aposentados e pensionistas do INSS, para os pagamentos mínimos mensais da(s) fatura(s) do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval ("Cartão") de minha titularidade, devendo tal autorização permanecer sempre válida e eficaz sob pena de cancelamento imediato de meu Cartão e adoção das medidas cabíveis.</p>	
<p>3. Outras Declarações: Declaro estar ciente e concordar que: (i) ao utilizar o Cartão e/ou assinar este Termo de Adesão, estou anuindo, em caráter irrevogável e incondicional, ao disposto nas Condições Gerais; (ii) cada vez que utilizar o Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval S/A, estou autorizando o Banco Daycoval S/A a debitar o valor da fatura do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval S/A em minha conta corrente vinculada ao Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval S/A.</p>	

No ato da contratação a parte Autora optou pelo **pré-saque** de valor, o qual foi **depositado por meio de TED** diretamente em sua conta e debitado na fatura do cartão:

Eis a prova da solicitação do pré-saque:

BancoDaycoval		SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE SAQUE VIA CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO	
DADOS DO TITULAR			
CPF:	Nome:	Nº Cartão/Proposta:	
096.940.481-68	Urbanilda de F. do Aguiar	94760	
Empregador:	Matrícula:		
INSS	1282045900		
DADOS BANCÁRIOS			
Nome do Banco:	Nº do Banco	Nº Agência	Conta-Corrente
BRB Banco de Brasília	0070	00043	043121343-7
Autorizo o BANCO DAYCOVAL S/A, em caráter irrevogável e irretroatável a transferir o valor abaixo indicado, referente a parte do limite de meu Cartão de Crédito Consignado Daycoval para a Conta Corrente de minha titularidade acima indicada.			
...			

Valor do Saque*: R\$ 2.740,00 (_____).

Taxa de Juros: 3,06 % a.m. Taxa de Juros: 49,30 % a.a. IOF Diário: 2,002 % a.d. IOF Adicional: 0,38 %

Tarifa: R\$ 15,00

CET: 3,34 % a.m

CET: 55,33 % a.a.

(*) O valor do saque está condicionado ao limite de crédito disponível e/ou concedido, podendo o valor do saque ser inferior ao valor solicitado.

Local e Data: Brasília, 21/10/2015

UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO
ASSINATURA PORTADOR TITULAR:

ASSINATURA

Eis a prova da realização do TED diretamente na
conta da parte Autora:

Banco Daycoval

Comprovante de TED

Evento: PAG0143

Código da Mensagem: PAG20151021003496007

Status: Efetivada

Valor: **2.740,00**

Data do Movimento: 21/10/2015

ISPB IF Remetente:	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo de Pessoa Remetente:	PJ - Pessoa Jurídica
CNPJ / CPF do Remetente:	62.232.889/0001-90
Nome do Remetente:	Banco Daycoval
Nome do Favorecido:	UBANILDA DE FERRAZ DE AZEVEDO
CPF do Favorecido:	096.940.481-68
Banco Creditado:	BRB BANCO DE BRASILIA S.A.
Agência Creditada:	00043
Conta Creditada:	043121343 - 7
Tipo de Pessoa Creditada:	PF - Pessoa Física
Data do Status:	21/10/2015
Histórico:	Lib. Telesaque Cartão Consignado

Houve, ainda saque complementar (TELESAQUE) conforme demonstram os demais comprovantes:

Banco Daycoval

SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE SAQUE VIA CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

DADOS DO TITULAR			
CPF:	Nome:	Nº Cartão/Proposta	
096.940.481-68	Ubanildo Farias de Aguiar	296920	
Empregador:		Matrícula:	
INSS		VB2045900	
DADOS BANCÁRIOS			
Nome do Banco:	Nº do Banco	Nº Agência	Conta-Corrente
BRB Banco de Brasília S.A.	0070	0043	043121343-7
<p>Autorizo o BANCO DAYCOVAL S/A, em caráter irrevogável e irretratável a transferir o valor abaixo indicado, referente a parte do limite de crédito do meu Cartão Consignado Daycoval, para a Conta Bancária da minha titularidade acima indicada.</p>			

...

Valor do Saque*: R\$ 973,00 (_____).

Taxa de Juros: 3,00 % a.m. Taxa de Juros: 43,28 % a.a. IOF Diário: 0,0082 % a.d. IOF Adicional: 0,38 %

Tarifa: R\$ 15,00 CET: 3,68 % a.m. CET: 54,24 % a.a.

(*) O valor do saque está condicionado ao limite de crédito disponível e/ou concedido, podendo o valor do saque ser inferior ao valor solicitado.

BancoDaycoval

Comprovante de TED

Evento: PAG0143

Código da Mensagem: PAG20180503007169598

Status: Efetivada

Valor: 973.00

Data do Movimento: 03/05/2018

ISPB IF Remetente:	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo de Pessoa Remetente:	PJ - Pessoa Jurídica
CNPJ / CPF do Remetente:	62.232.889/0001-90
Nome do Remetente:	Banco Daycoval
Nome do Favorecido:	UBANILDA DE FERRAZ DE AZEVEDO
CPF do Favorecido:	096.940.481-68
Banco Creditado:	BRB BANCO DE BRASILIA S.A.
Agência Creditada:	00043
Conta Creditada:	43121343 - 7
Tipo de Pessoa Creditada:	PF - Pessoa Física
Data do Status:	03/05/2018
Histórico:	Lib. Telesaque Cartão Consignado

Os comprovantes dos TEDs acima foram registrados no **Sistema de Pagamentos Brasileiro-SPB**. Com isso resta material e documentalmente comprovado que os valores em questão foram depositados diretamente na conta bancária da parte Autora, na conta de sua titularidade.

O Banco Réu desafia a parte Autora a trazer aos autos cópias dos extratos bancários das contas de depósito dos meses em questão. Acredite, Excelência, escusas diversas virão, mas nunca os extratos. Assim, de antemão requer seja determinada a expedição de ofício diretamente aos Bancos de depósito para que os mesmos apresentem em juízo os extratos bancários das contas dos meses de

depósitos, o que somente virá a **corroborar as provas dos TEDs já apresentadas.**

A clareza e evidência da modalidade contratual estabelecida entre as partes não deixa dúvidas de que **não houve erro** da parte Autora, que teve exatamente aquilo que sabia estar contratando.

Nesse sentido já decidiu o E, TJRJ:

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0044009-87.2015.8.19.0205

APELANTE: BANCO DAYCOVAL S.A.

APELADO: CIRIO MARTINS PINTO

RELATOR: JDS MARIA CELESTE P.C. JATAHY

Apelação Cível. Direito do Consumidor. Banco Daycoval.

Alegação autoral de que teve a intenção de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento, tendo o Banco réu, contudo, lhe concedido empréstimo vinculado a cartão de crédito, com juros muito maiores do que o produto pretendido. Sentença que julgou procedente os pedidos para condenar o réu a modificar a cláusula de juros do contrato, determinando que a ré cobre os juros e encargos médios do contrato de crédito consignado em folha, em substituição aos juros do cartão de crédito, conforme divulgação de taxa média disponibilizada pelo BACEN, a devolver, de forma simples, a diferença dos juros apurados na forma do item anterior e já pagos, bem como a pagar ao autor a quantia de R\$ 2.000,00 a título de dano moral. Apelação do Banco réu postulando a improcedência dos pedidos autorais. **Contrato de**

utilização de cartão de crédito com débito em folha de pagamento do valor mínimo. **Ausência de vício na contratação e de valor a ser repetido.** Inocorrência de falha na prestação do serviço da instituição bancária ou de qualquer ato atentatório à dignidade do autor, que não se desincumbiu do encargo de comprovar o fato constitutivo de seu direito. Danos morais não configurados. **Reforma da sentença para julgar improcedentes os pedidos iniciais,** com a condenação do autor ao pagamento da verba de sucumbência, observada a gratuidade de justiça. **RECURSO PROVIDO.**

III. DA ENTREGA DO VALOR À PARTE AUTORA

Por se tratar de operação com cartão de crédito, o valor disponibilizado pelo Banco pode ser sacado na forma de “pré-saque” quando da assinatura do contrato, que normalmente resulta em depósito desse valor em conta corrente do cliente, ou ainda na efetiva utilização do cartão de crédito pelo cliente, conforme faturas.

Independentemente da modalidade, se por saque, depósito ou utilização do cartão, fato é que o valor foi disponibilizado à parte Autora, conforme comprovam os documentos carreados à presente.

IV. DA DISTINÇÃO ENTRE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO E CRÉDITO CONSIGNADO

O cartão de crédito com reserva de margem consignável é operação completamente distinta do empréstimo consignado, não se podendo exigir que seus contornos operacionais sejam idênticos.

No empréstimo consignado, é contratada a disponibilização de um montante específico, a ser adimplido num número pré- determinado e parcelas com valor fixo, estipulando-se a data exata do início e término dos descontos.

No cartão de crédito consignado, por seu turno, é concedido ao seu titular a possibilidade de adimplir todas as operações realizadas ao longo de um período de apuração numa única data futura. Logo, as obrigações contratadas por meio do cartão de crédito são, em regra, de execução diferida, importando apenas na concessão de prazo para pagamento e não num parcelamento. Ou seja, respeitado o pagamento mínimo, o cliente pode quitar seu débito em quantas parcelas desejar.

Desta forma é o entendimento dos tribunais:

“A operação de cartão de crédito consignado difere do empréstimo consignado. Por expressa disposição contratual, o titular autoriza o banco a deduzir, quando do recebimento da sua remuneração, na folha de pagamento, a quantia correspondente ao pagamento mínimo da fatura, a qual é repassada pelo órgão pagador do contratante à administradora do cartão de crédito. O restante da fatura deve ser pago voluntariamente, na data do vencimento, sob pena da administradora ficar autorizada a financiar o saldo devedor

remanescente. A partir daí, esse saldo devedor fica sujeito ao referido desconto mínimo mensal, feito diretamente na conta do beneficiário por ocasião do pagamento pelo seu órgão pagador, até que haja a quitação da dívida”

(Des. Marcelo Carvalho Silva, TJ/MA, Apelação Cível nº 0595012013).

V. DA FORMA PELA QUAL SE DÁ O PAGAMENTO DO DÉBITO

Diferentemente do que ocorre com o empréstimo consignado, no cartão de crédito consignado não há a consignação em folha do valor equivalente ao pagamento mínimo da fatura, mas sim do percentual máximo reservado por lei para tal amortização. Vejamos o dispositivo legal que trata da questão:

Art. 1º (Lei nº 10.820/2003):

§ 1º O desconto mencionado neste artigo também poderá incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador, se assim previsto no respectivo contrato de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento), sendo **5% (cinco por cento) destinados exclusivamente** para:

I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito;

II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito

Observada a legislação aplicável ao contrato em questão tem-se as seguintes possibilidades para a quitação:

a) Consumidor realiza a liquidação integral do saldo devedor: há a imediata quitação das operações de crédito contratadas, sem a incidência de juros;

b) Consumidor realiza a liquidação parcial do saldo devedor: sobre o valor inadimplido incidirão juros e o montante recalculado será apresentado para pagamento no mês subsequente, por meio do envio de nova fatura, que oportunizará a quitação integral.

c) Consumidor não realiza qualquer liquidação: inexistindo amortização voluntária do débito, em acréscimo ao valor mínimo já consignado em folha, o saldo remanescente será recalculado para pagamento no mês seguinte, com a incidência de juros. A nova fatura enviada oportunizará o pagamento integral do valor refinanciado.

O contrato é absolutamente claro ao descrever a forma pela qual se dá o pagamento, inclusive quanto à **consignação em folha de pagamento**:

BancoDaycoval

CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL PARA TRABALHADORES DE EMPRESAS PRIVADAS, SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E INATIVOS E/OU APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS

CLÁUSULA 9ª – PAGAMENTO DA FATURA

9.1. Mensalmente o DAYCOVAL disponibilizará a FATURA ao TITULAR para conferência das TRANSAÇÕES efetuadas no período, do saldo devedor e do valor a ser consignado. A data de vencimento da FATURA será a data de pagamento da REMUNERAÇÃO do TITULAR, ou na data em que é realizado o repasse do valor **consignado na REMUNERAÇÃO** do TITULAR pela CONVENIADA, conforme condições estabelecidas pelo respectivo Convênio.

O contrato prevê o financiamento do saldo não quitado pelo valor consignado (que é limitado por lei):

9.2. O DAYCOVAL, de acordo com as normas vigentes, aceitará, para fins de adimplência, o pagamento do valor mínimo indicado na FATURA que será consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR junto à CONVENIADA, **podendo o SALDO DEVEDOR REMANESCENTE não quitado ser financiado pelo DAYCOVAL, nos termos da cláusula 10ª** adiante, caso não haja o pagamento da FATURA, nos termos da cláusula 9.4.

9.2.1. O PAGAMENTO MINÍMO não tem valor fixo, sendo variável conforme a utilização do cartão, combinada com a MARGEM CONSIGNÁVEL disponível.

O valor não coberto pela consignação deve ser pago por meio da fatura:

9.3. Caso não seja possível a averbação do PAGAMENTO MINÍMO da FATURA na REMUNERAÇÃO do TITULAR, este deverá providenciar o pagamento e, em caso de desconto parcial, o TITULAR deverá **pagar a diferença entre o valor descontado de sua REMUNERAÇÃO e do PAGAMENTO MÍNIMO, através da ficha de compensação enviada com a FATURA**, sob pena de incidência dos encargos moratórios, bloqueio/suspensão do CARTÃO.

9.4. Se o valor consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR for inferior ao valor total da FATURA, o TITULAR poderá efetuar o pagamento do SALDO DEVEDOR REMANESCENTE da FATURA, utilizando a ficha de compensação disponibilizada com a FATURA, na rede bancária.

9.5. Sobre o saldo devedor da FATURA (não consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR e não pago em sua integralidade pelo TITULAR) incidirão os encargos moratórios previstos neste instrumento, contados a partir da data do vencimento da FATURA até a data da sua efetiva quitação.

Ainda que o cliente não receba a fatura, que não é o caso dos autos, é seu dever contatar a central de atendimento para obtenção do saldo devedor e efetuar o pagamento desejado (integral ou parcial):

9.6. O não recebimento da FATURA pelo TITULAR não exclui a obrigação de pagamento até a sua data de vencimento, sendo que, caso **a FATURA não seja recebida em até 02**

(dois) dias úteis antes do vencimento, **o TITULAR deverá entrar em contato com a CENTRAL DE ATENDIMENTO** para obter o valor do saldo devedor e instruções de pagamento da FATURA ou através dos meios eletrônicos disponibilizados pelo DAYCOVAL.

9.7. O DAYCOVAL poderá receber pagamentos em atraso, pagamentos parciais ou outros tipos de pagamentos, a crédito de valores então devidos ou de um acordo de pagamentos. A aceitação desses pagamentos pelo DAYCOVAL não implica renúncia a direitos ou alteração deste contrato.

9.8 Ocorrendo inadimplência e/ou a impossibilidade do desconto em folha de pagamento do valor mínimo estipulado na FATURA, o DAYCOVAL está autorizado, em caráter irrevogável e irretratável por prazo indeterminado a debitar o valor devido na conta corrente do TITULAR descrita no Termo de Adesão e/ou em outra conta corrente de sua titularidade no Brasil, especialmente a conta que venha a ser disponibilizada por seu empregador.

Na justa medida que cabe ao cliente a opção pelo pagamento integral ou não do valor da fatura, é impossível, para o credor, precisar a data final da liquidação, até mesmo porque, repise-se, não se trata de um empréstimo e, portanto, o adimplemento não se dá por meio de parcelas. Dai porque não há número definido de parcelas, sendo que isso JAMAIS foi prometido à parte Autora.

VI. DO EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO

Conforme demonstrado acima, todos os procedimentos de cobrança estão de acordo com a praxe inerente à modalidade comercial escolhida, sendo impossível caracterizá-los como atos ilícitos ensejadores de danos de ordem moral à parte Autora. A Empresa Ré, ao buscar o cumprimento do contrato, estava no exercício regular de um direito reconhecido.

Neste sentido, o Código Civil Brasileiro enuncia a inexistência de ato ilícito quando o suposto dano é causado no exercício regular de direito (**art. 188, I do CC**).

Para que o dano moral seja indenizável, são necessárias: a comprovação do **ato ilícito praticado pelo suposto ofensor**; o dano efetivamente suportado e o nexo de causalidade entre ambos. No caso em tela, tendo sido, a cobrança, pautada inadimplemento contratual, não pode ser aventada a hipótese de ilícito.

A cobrança nada mais foi do que exercício regular de direito.

O exercício regular de direito consubstancia-se em verdadeiro excludente de ilicitude, que retira qualquer responsabilidade que pudesse ser imputada à Ré.

VII. DA INEXISTÊNCIA DE DANO – MERO ABORRECIMENTO

Não há ilícito, não há nexo causal e não há dano!

Além disso, para que seja aferida indenização por danos morais faz-se necessário também que a imagem da pessoa ofendida fique abalada diante dos amigos, familiares, colegas de trabalho, etc., faz-se necessário que a honra, tanto subjetiva quanto objetiva, da vítima reste extremamente prejudicada.

No caso em tela não há nem indícios de provas neste sentido, muito pelo contrário, o que vemos são alegações genéricas elaboradas pela parte Autora.

Ora, a simples cobrança nos moldes contratuais não configura ou enseja danos morais, vez que estes devem ser efetivamente comprovados, conforme o entendimento do E. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, demonstrado nos julgados a seguir transcritos:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MANTIDA. OMISSÃO. **NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL INDENIZÁVEL.** NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. ENUNCIADO 7 DA SÚMULA DO STJ. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. O acórdão recorrido analisou todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, não se configurando omissão alguma ou negativa de prestação jurisdicional.

2. O Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu pela inoccorrência de dano indenizável. O acolhimento das razões de recurso, na forma pretendida, demandaria o reexame de matéria fática. Incidência do verbete 7 da Súmula desta Corte.

3. A Corte Estadual julgou nos moldes da jurisprudência pacífica desta Corte, no sentido de que **o mero aborrecimento não acarreta dano moral indenizável**. Incidente, o enunciado 83 da Súmula do STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 327.052/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2014, DJe 14/02/2014)

E ainda

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. COMPRA PELA INTERNET.

PRESENTE DE NATAL. NÃO ENTREGA DA MERCADORIA. VIOLAÇÃO A DIREITO DE PERSONALIDADE NÃO COMPROVADA NO CASO CONCRETO. DANOS MORAIS INDEVIDOS.

1.- A jurisprudência desta Corte tem assinalado que os aborrecimentos comuns do dia a dia, os meros dissabores normais e próprios do convívio social não são suficientes para originar danos morais indenizáveis.

2.- A falha na entrega de mercadoria adquirida pela internet configura, em princípio, mero inadimplemento contratual, não dando causa a indenização por danos morais. Apenas

excepcionalmente, quando comprovada verdadeira ofensa a direito de personalidade, será possível pleitear indenização a esse título.

3.- No caso dos autos, as instâncias de origem concluíram não haver indicação de que o inadimplemento da obrigação de entregar um "Tablet", adquirido mais de mês antes da data do Natal, como presente de Natal para filho, fatos não comprovados, como causador de grave sofrimento de ordem moral ao Recorrente ou a sua família.

4.- Cancela-se, entretanto, a multa, aplicada na origem aos Embargos de Declaração tidos por protelatórios (CPC, art. 538, parágrafo único).

5.- Recurso Especial a que se dá provimento em parte, tão somente para cancelar a multa.

(REsp 1399931/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 06/03/2014)

No caso dos autos não houve comprovação concreta de dano. Tratam-se, pois, de meras alegações que visam maximizar dano verdadeiramente inexistente, situação que é muito comum em caos análogos.

Por tais entendimentos, é que a Empresa Ré pede vênia para repudiar a pretensão da parte Autora, que busca uma indenização por inexistentes danos morais, tornando cristalina a possibilidade de um enriquecimento sem causa.

Se tal pretensão for acolhida, o nobre instituto garantido pela Carta Magna, em seu artigo 5º, X e também pelo Código Civil

Brasileiro (art. 159 do CC de 1916 e art. 927 do CC), estará sendo desviado de sua majestosa função, que é a de reparar pessoas que realmente sofreram algum dano de ordem moral e/ou material, decorrente de atos ilícitos praticados por outrem; e não a de conceder vantagens financeiras a pessoas que buscam um enriquecimento sem causa.

No caso em tela, como já restou afirmado acima, não há como presumir qualquer dano moral suportado pela parte Autora; mesmo que assim não fosse, este não logrou êxito em comprovar a efetiva ocorrência de danos a sua personalidade, a sua honra, enfim, danos morais.

VIII. DO MONTANTE INDENIZATÓRIO

Apesar de entender a parte Ré que não há ato ilícito muito menos nexo de causalidade, ou ainda dano moral sofrido pela parte Autora, não há como não se manifestar contrariamente ao valor pleiteado a título de indenização.

Nesse sentido, os Tribunais nacionais têm entendido que somente em casos de índoles gravíssimas como a perda de ente querido em acidente, concedido a título de indenização por danos morais quantias equivalentes a pretendida, conforme se observa no julgado abaixo transcrito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO
REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO ESTADO. MORTE
DE DETENTO, SOB A CUSTÓDIA DO ESTADO. VIOLAÇÃO

AO ART. 535, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO. PRETENDIDA REDUÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM CONSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL PREDOMINANTE NESTA CORTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

...

IV. Esta Corte já se posicionou no sentido de que o Estado possui responsabilidade objetiva, no casos de morte de detento, custodiado em unidade prisional. Nesse sentido: AgRg no AREsp 446.316/PE, Rel.

Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 01/07/2014;

AgRg no AREsp 346.952/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 23/10/2013.

V. O Tribunal de origem, em face das peculiaridades fáticas do caso e levando em conta, expressamente, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, reduziu o valor da indenização por danos morais a **R\$ 30.000,00**, a ser dividido entre as três autoras. A pretensão de redução de tal valor encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 497.689/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/06/2014; AgRg no AREsp 473.046/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/05/2014; AgRg no AREsp 226.759/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 16/10/2012).

VI. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 502.960/PE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/09/2014, DJe 23/09/2014)

“Responsabilidade civil – Acidente ferroviário – Vítima fatal – Dano Moral – Hipótese em que é patente a dor moral da esposa e dos filhos menores da vítima – Adoção do critério estabelecido no Código Brasileiro de Telecomunicações (lei 4.117/62) – Fixação com base quarenta salários mínimos, cabendo 20 à esposa e 20 aos filhos menores – Recurso desprovido (1º TACSP – 6º C – Ap. – Rel. Carlos Roberto Gonçalves – j. 30.1.91 – JTACSP – RT 128/172) (g.n.)

Não resta dúvida, do despropósito do pleito autoral, pois traduz-se em intenção ao enriquecimento sem causa, o que deve ser evitado por este DD. Juízo, já que tal fato é repudiado por toda nossa doutrina e por todos os nossos tribunais.

Tendo em vista a dificuldade para a quantificação dos prejuízos morais, restando evidente que o escopo da norma base é somente a reparação, o raciocínio a ser seguido é o do bom senso, da moderação e da prudência, tendo sempre em mente que, se por um lado, a indenização deve **compensar** o prejuízo, por outro, **não pode tornar-se fonte de lucro indevido**.

Assim, a empresa ré impugna o pleito indenizatório exordial, pois além de inexistir danos suportados pela parte

Autora e, ainda, por não ser a parte Ré responsável por eventuais danos, o valor pleiteado está em desconformidade com a atual legislação, estando ainda fora de nossa realidade política e econômica; sendo certo que seu acolhimento significaria um enriquecimento sem causa da parte Autora.

Considerando que o enriquecimento sem causa é vedado por todo o ordenamento jurídico brasileiro, e que o mesmo não é o escopo social da norma, em sendo conferida indenização no montante desejado pela parte Autora estará sendo negada a vigência ao art. 5.º da LICC, que impõe a observância do fim social da lei.

IX. DA EVENTUAL CONVALIDAÇÃO DO NEGÓCIO

Caso Vossa Excelência entenda que tenha havido erro, o que se admite apenas para argumentar já que o contrato é taxativo, expresso e ostensivo ao dispor se tratar de “**CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO**”, nessa remota hipótese de vício de consentimento, há de ser feito o mero ajuste para a operação supostamente desejada, aplicando-se os **juros típicos da operação** de **EMPRÉSTIMO PESSOAL CONSIGNADO**, conforme média de mercado.

É exatamente isso o que determina o CÓDIGO CIVIL:

Art. 170. Se, porém, o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade.

...

Art. 184. Respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável; a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal.

X. O ÔNUS DA PROVA

- impossibilidade de inversão -

Por fim, fundamental referir que, em observância às regras processuais acerca do ônus da prova, incumbe a parte autora fazer prova de suas alegações, atraindo para si o *ônus probandi*, ao fazer uso da regra geral, contida no CPC, na medida em que a realização do negócio esta clara. Isso porque, não pode o judiciário permitir triunfar pretensão que não possua nenhuma carga probatória favorável ao direito alegado pelo demandante e, decretar a inversão do ônus probandi.

Além disso, no caso em tela, encontram-se ausentes os elementos possibilitadores desta inversão, quais sejam, a verossimilhança ou a hipossuficiência.

A respeito deste ponto, assevera Humberto Theodoro Júnior que as normas de inversão do ônus da prova no CDC devem ser entendidas extraordinariamente e não como uma norma geral automática de observação em todo e qualquer processo pertinente a relação de consumo (devendo, é claro, ser feita análise se efetivamente se trata de um caso de relação de consumo).

A determinação da inversão do ônus probatório no presente caso, classificar-se-ia como inaceitável vez que acarretaria evidente cerceamento de defesa para a empresa.

O CPC coloca a prova como sendo o instrumento de obtenção da verdade dos fatos, qual seja, o instrumento em que se funda a ação ou a defesa.

Assim, imperioso destacar que no caso dos autos caberia exclusivamente à parte autora fazer prova do seu direito, o que não foi feito.

Destaque-se que, em momento algum logrou êxito a parte autora em trazer aos autos, elementos que configurassem a alegada conduta ilícita praticada pelo Banco Réu, não se desincumbindo assim, do ônus probatório previsto Código Processual pátrio.

Sendo assim, recaindo alguma dúvida sobre o fato constitutivo do direito alegado pela parte Autora, certamente que esta não se desincumbiu do ônus de fazer a prova que lhe incumbia.

Assim sendo, não tendo a parte autora trazido aos autos provas do ilícito ou de que efetivamente tenha sofrido um prejuízo em face de conduta ilícita do Banco Réu, ou, ainda, que teria agido a contestante com imprudência ou negligência, não se desincumbiu do ônus de comprovar suas alegações, nos termos que determina o CPC.

XI. DA IMPOSSIBILIDADE DE REPETIÇÃO DE VALORES

Incabível pretender a parte Autora a aplicação do disposto no artigo 42, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor e 940 do Código Civil, uma vez que, tendo em vista a regularidade de todos os encargos cobrados perante a legislação específica e o contrato firmado entre as partes, não há o que se falar em cobrança indevida. Tão somente houve a cobrança dos valores estabelecidos contratualmente, não havendo abusividade ou irregularidade da cobrança ou má-fé.

Neste contexto, o Réu impugna a pretensão em ser ressarcida em dobro dos valores que hipoteticamente possam ter sido pagos a mais, considerando inexistência de fundamento fático e jurídico para tal requerimento.

XII. DA IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS APRESENTADOS

- juros devem fruir **a contar da citação** sobre parcelas **efetivamente pagas** -

No presente caso houve apenas os seguintes pagamentos:

06 IF-NUM-CARTÃO 07 IF-VALOR-TRANSACAO 09 IF-DATA-TRANSACAO 11 IF-DESCRIÇÃO
0005335160023089011 105,54 10/12/2015 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 105,54 10/01/2016 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 105,54 10/02/2016 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 105,54 10/03/2016 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 105,54 10/04/2016 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 105,54 10/05/2016 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 105,54 10/06/2016 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL

0005335160023089011 105,54 10/07/2016 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 105,54 10/08/2016 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 105,54 10/09/2016 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 105,54 10/10/2016 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 105,54 10/11/2016 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 105,54 10/12/2016 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 105,54 10/01/2017 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 105,54 10/02/2017 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 105,54 10/03/2017 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 105,54 10/04/2017 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 105,54 10/05/2017 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 105,54 10/06/2017 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 105,54 10/07/2017 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 105,54 10/08/2017 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 105,54 10/09/2017 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 126,17 10/10/2017 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 126,17 10/11/2017 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 126,17 10/12/2017 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 126,17 10/01/2018 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 126,17 10/02/2018 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 126,17 10/03/2018 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 126,17 10/04/2018 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 126,17 10/05/2018 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 126,17 10/06/2018 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 126,17 10/07/2018 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 126,17 10/08/2018 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160023089011 126,17 10/09/2018 PAGAMENTO DESCONTO EM FOL

Caso Vossa Excelência entenda pela repetição das parcelas pagas pela parte Autora, há que ser respeitada a repetição **apenas das parcelas pagas**, expressamente identificadas e comprovadas nas faturas e cálculos que segue em anexo. Isto porque é comum contratos possuírem parcelas em aberto, com pagamentos em valores diferenciados (parciais) ou terem sido renegociados antes da quitação.

Quanto aos juros de mora, ao contrário do que pretende a parte Autora, os mesmos **devem incidir a contar da citação**, e não do pagamento, razão pela qual restam **impugnados os cálculos apresentados com a inicial**, devendo prevalecer as faturas e cálculos carreados à presente e parte integrante desta defesa.

XIII. DO NECESSÁRIO RETORNO DAS PARTES AO STATUS QUO ANTE NA REMOTA HIPÓTESE DE ANULAÇÃO DO CONTRATO.

Tendo em vista a **comprovada entrega do valor contratado à parte Autora**, se eventualmente anulado o contrato tal valor deve ser devolvido ao banco.

Isso se deve a fim de evitar o enriquecimento ilícito da parte; bem como para retornar as partes ao ***status quo ante***, em razão da anulação do contrato de empréstimo.

Além disso, a recomposição das partes ao *status quo ante* encontra **determinação expressa** no art. 182 do CC, como resultado natural da anulação.

Art. 182. Anulado o negócio jurídico, restituir-se-ão as partes ao estado em que antes dele se achavam, e, não sendo possível restituí-las, serão indenizadas com o equivalente.

Sem a restituição das partes ao *status quo ante*, a parte Autora estará se enriquecendo ilicitamente às custas do Banco, violando toda a lógica do sistema legal brasileiro.

XIV. COMPENSAÇÃO

Caso a parte Autora seja vencedora em alguma questão ora discutida, requer seja autorizada a compensação de eventual crédito com saldo devedor que porventura a mesma ainda possua com o demandado, ou ainda com eventuais **valores entregues à parte** pelo Banco em razão do contrato (Art. 368 do CC).

Mais do que um direito, a compensação evita duas execuções parciais, uma pelo Banco Réu e outra pela parte Autora, além de favorecer celeridade e a eficiência do processo judicial, evitando, ainda o enriquecimento ilícito de qualquer das partes.

XV. CONCLUSÃO

Diante do exposto, requer seja a presente ação julgada totalmente **IMPROCEDENTE**, devendo ainda, a parte Autora, ser condenado ao pagamento de custas e demais cominações de estilo, bem como ao ônus da sucumbência.

Caso não seja esse o entendimento de Vossa Excelência, o que se admite apenas para argumentar, requer seja observada a **(i)** inexistência de dano moral; **(ii)** moderação da verba indenizatória; **(iii)** retorno das partes ao ***status quo ante***; e **(iv)** direito de compensação com valores que o Banco já tenha entregue à parte Autora.

Por derradeiro, que se digne Vossa Excelência, em revogar os efeitos de qualquer tutela eventualmente concedida, tendo em vista a mora e que efetivamente, não houve depósito em juízo de nenhum valor, portanto, a parte Autora está inadimplente, caracterizando assim, a mora.

Provará o alegado, por todos os meios de provas em direito admitidas, notadamente prova documental e depoimento pessoal, além daquelas necessárias ao livre convencimento do Juízo, requerendo desde já, a juntada de novos documentos em qualquer fase processual.

A fim de **corroborar** a prova dos TEDs já apresentada, em especial requer seja expedido ofício ao banco em que foi realizado o TED, para que o mesmo traga aos autos cópia do extrato bancário da parte Autora relativo ao mês do depósito:

Valor: 2.740,00

Data do Movimento: 21/10/2015

ISPB IF Remetente:	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo de Pessoa Remetente:	PJ - Pessoa Jurídica
CNPJ / CPF do Remetente:	62.232.889/0001-90
Nome do Remetente:	Banco Daycoval
Nome do Favorecido:	UBANILDA DE FERRAZ DE AZEVEDO
CPF do Favorecido:	096.940.481-68
Banco Creditado:	BRB BANCO DE BRASILIA S.A.
Agência Creditada:	00043
Conta Creditada:	043121343 - 7
Tipo de Pessoa Creditada:	PF - Pessoa Física
Data do Status:	21/10/2015
Histórico:	Lib. Telesaque Cartão Consignado

E

Valor: 973,00

Data do Movimento: 03/05/2018

ISPB IF Remetente:	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo de Pessoa Remetente:	PJ - Pessoa Jurídica
CNPJ / CPF do Remetente:	62.232.889/0001-90
Nome do Remetente:	Banco Daycoval
Nome do Favorecido:	UBANILDA DE FERRAZ DE AZEVEDO
CPF do Favorecido:	096.940.481-68
Banco Creditado:	BRB BANCO DE BRASILIA S.A.
Agência Creditada:	00043
Conta Creditada:	43121343 - 7
Tipo de Pessoa Creditada:	PF - Pessoa Física
Data do Status:	03/05/2018
Histórico:	Lib. Telesaque Cartão Consignado

Outrossim, requer sejam as **intimações realizadas em nome de Ignez Lucia Saldiva Tessa, OAB/SP 32.909**, sob pena de nulidade absoluta do ato.

Termos em que, pede deferimento.

São Paulo, 24 de setembro de 2018.

Ignez Lucia Saldiva Tessa
OAB/SP 32.909